

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

ELIENE CRUZ DO NASCIMENTO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE VILA
VITÓRIA, MUNICÍPIO DE PERITORÓ-MA**

CODÓ/MA

2018

ELIENE CRUZ DO NASCIMENTO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE VILA
VITÓRIA MUNICÍPIO DE PERITORÓ**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Ciências Humanas-História, da Universidade
Federal do Maranhão-UFMA, como requisito final
para obtenção do título de licenciada em História.
Orientadora: Profa. Jascira da Silva Lima

**CODÓ/MA
2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

NASCIMENTO, Eliene Cruz do.

O protagonismo das mulheres na luta pela terra na comunidade Vila Vitória, município de Peritoró-MA / ELIENE CRUZ DO NASCIMENTO. - 2018.

71 p.

Orientador (a): JASCIRA DA SILVA LIMA.

Monografia (Graduação) Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Luta pela terra. 2. Movimento social. 3. Mulheres rurais. I. LIMA, JASCIRA DA SILVA. II. Título.

ELIENE CRUZ DO NASCIMENTO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE VILA
VITÓRIA MUNICÍPIO DE PERITORÓ**

Aprovada em: 19/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Jascira da Silva Lima – UFMA/Campus VII
Presidente da banca

Prof. Dra. Francilene Brito da Silva CCE/UFPI
Examinadora externa

Prof. Dra. Tatiane da Silva Sales - UFMA/Campus VII
Examinadora interna

RESUMO

A proposta deste trabalho é dar visibilidade, ao protagonismo das mulheres camponesas, com enfoque no processo de luta pela posse da terra. A pesquisa foi realizada na comunidade Vila Vitória zona rural do município de Peritoró-MA. A metodologia aplicada foram entrevistas semiestruturadas com duas mulheres trabalhadoras rurais da referida comunidade. O objetivo proposto nesta pesquisa é analisar como se construiu o protagonismo das mulheres camponesas e o processo de aquisição do usufruto da terra, mediado pela organização das mulheres camponesas e pelo enfretamento do latifúndio no meio rural. Instrumentaliza-se e amplia-se o debate sobre a construção e o papel social das mulheres. Enfrentando a visão conservadora que ao longo da História rotularam o sexo feminino como frágeis e incapazes, reservando-as ao espaço privado com ênfase no doméstico. Neste sentido, faz-se necessário a discussão do processo de apropriação de novos espaço pelas mulheres e a modificações dessas realidades.

Palavras-chave: mulheres rurais; movimento social e luta pela terra.

ABSTRAT

The proposal of this work is to give visibility to the protagonism of peasant women, focusing on the process of struggle for land tenure. The research was carried out in the community Vila Vitoria rural area of the municipality of Peritoró-MA. The applied methodology was semi-structured interviews with two rural female workers from the community. The objective of this research is to analyze how campesino women's protagonism and the process of acquisition of the usufruct of land, mediated by the organization of peasant women and by the latifúndio in the rural milieu were built. The debate on the construction and the social role of women is carried out and broadened. Facing the conservative view that throughout the history labeled the feminine sex as fragile and incapable, reserving them to the private space with emphasis in the domestic one. In this sense, it is necessary to discuss the process of appropriation of new spaces by women, and the modifications of these realities.

Keywords: rural women, social movement and struggle for land

Dedico este trabalho aos personagens que foram fundamentais na construção desta pesquisa. As mulheres, e que este cumpra a tarefa de diminuir as distâncias e criar pontes para outros trabalhos. Que este seja um entre tantos instrumentos de empoderamento do sexo feminino. Em memória a todas as mulheres que protagonizaram, fomentaram e instrumentalizaram a participação e visibilidade feminina contribuindo para que outras mulheres vivam com dignidade, numa sociedade justa com equidade de gênero.

AGRADECIMENTO

Agradecer a quem? Tarefa árdua, pois não quero esquecer-me de nenhuma das pessoas que foram relevantes não exclusivamente para a construção dessa pesquisa, mas também por minha trajetória acadêmica, pessoas estiveram ao meu lado nos momentos bons e nos momentos difíceis, e que foram alicerce na minha jornada em busca do conhecimento.

Agradeço a Deus por guiar meus passos, por ter me fortalecido nos momentos de angústia e por ter guiado a conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha família de modo geral, em especial os meus pais, Elane Cruz do Nascimento e Raimundo do Nascimento, e ao meu irmão Daniel Cruz que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional, e que nos momentos mais decisivos até a conclusão desta pesquisa, foram fundamentais.

A todos os meus amigos sem exceção, pois todos estiveram comigo nos momentos cruciais da minha vida, uma em especial que partiu para o andar de cima sem ver a concretização dessa conquista, mas que para sempre vai estar na minha memória.

Aos meus colegas de classe, pela cumplicidade, harmonias e desarmonias que nos fizeram crescer juntos.

Às pessoas que cooperaram para a construção desta pesquisa, em especial, as Trabalhadoras Rurais que me concederam as entrevistas Maria Eva Martins dos Santos, Marlúcia Miranda Xavier, o STTRs de Peritoró-MA, a comunidade Vila Vitória, a professora de História Aleandra de Almeida e a agente da CPT Antônia Calisto, que foram cruciais para concretização desta pesquisa.

Aos meus professores e professoras da UFMA: Alex, Aniceto, Anne, Cristiane, Ediene, Fabiana, Flávio, Ilka, Itanielson, La Fontaine, Liliane, Luciano, Marcella, Socorro, Suly Rose, Víctor que foram guias nesta caminhada.

Agradeço ao PIBID pela importante contribuição na minha formação acadêmica, aos coordenadores, supervisoras, professores e a Escola Rene Bayma do KM do 17, e também e aos funcionários da UFMA pelo carinho e atenção prestados.

Agradeço aos meus orientadores Tatiane da Silva Sales a primeira a me direcionar nos estudos de gênero, Gabriela pelas relevantes contribuições desta pesquisa, a José Carlos Aragão Silva por apresentar conceitos importantes que subsidiaram minha pesquisa, a todos minha imensa gratidão. E finalmente a minha última orientadora Professora Jascira Lima que me conduziu e orientou atenciosamente, nossos pensamentos foram afins e contribuiu para o entendimento e harmonia durante nossas orientações, obrigado orientando e orientadora para terminar essa pesquisa, obrigado professora por sua paciência e zelo.

LISTA DE SIGLAS

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamentos No Estado do Maranhão
ATAM - Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
ACER - Associação de Cristãos no Meio Rural
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CNMT - Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Maranhão
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MQCB – Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRA – Movimento Inter-municipal Rural Arquidiocesano
MST – Movimento Sem Terra
MMTR/NE – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina
PT – Partido dos Trabalhadores
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
STTR – Sindicato dos Trabalhadores trabalhadoras Rurais
SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: a luta, a participação e o protagonismo das mulheres.....	13
2.1 A inserção das mulheres trabalhadoras nos movimentos do campo.....	17
3. ELEMENTOS DO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS NO BRASIL: as conquistas e os desafios.....	23
3.1 As lutas e mobilizações dos movimentos sociais do campo no Maranhão.....	26
3.2 O contexto de formação das associações Pro-Reforma agraria	29
4. OS ANTAGONISMOS NO MEIO RURAL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	32
4.1 A articulação das mulheres nos movimentos sociais do campo e o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu.....	33
5. O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE VILA VITÓRIA: na perspectiva de lideranças que vivenciaram o conflito.....	38
5.1 O registro histórico da comunidade Vila Vitória.....	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAS.....	59
7. REFERÊNCIAS.....	61
8. ANEXOS.....	63
9. APÊNDICES.....	71

1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é analisar e fomentar o protagonismo das mulheres, na luta pela terra, da comunidade Vila Vitória, município de Peritoró-MA. Com periodização no início do século XXI, especificamente a partir dos anos de 2000, até a atualidade, visto que os ocupantes ainda não detêm o título de propriedade da terra. A hipótese principal é a de que esta experiência contribua para a desconstrução do papel social das mulheres neste processo, por serem elas muitas vezes associadas a indivíduos “frágeis” e incapazes de intercederem nos processos de mudança social. Durante a investigação, procurei responder: qual o papel preponderante das mulheres na organização da comunidade e nos conflitos pela posse da terra? Quais ações empreenderam? Quais foram os principais obstáculos que enfrentaram?

A escolha do tema está relacionada, também, ao fato de que durante minha infância morava em terras privadas e o proprietário cobrava uma quantia exorbitante dos moradores arrendatários, fato que levava algumas famílias a se manifestarem gerando conflitos violentos entre ambos. Como vivenciei a problemática dos conflitos pela terra, não posso desconsiderar a minha própria experiência de vida como um dos fatores que se soma para a escolha do tema e da comunidade a ser pesquisada, como também pela opção de priorizar o protagonismo das mulheres em lutas sociais.

Foi olhando criticamente minha própria infância, período da vida onde afloraram muitas perguntas, sobre várias coisas, que passei a compreender que as experiências de vida de mulheres do rural se reproduziam em papéis que socialmente são considerados inferiores, pois desde a infância, a execução das tarefas de casa como lavar, passar, cozinhar entre outras são executadas por elas, enquanto que os meninos não carregam esta obrigação, dispondo de mais tempo para brincar sem nenhum tipo de restrição.

Nesse sentido, expressões como “mulher ficou para cuidar dos filhos e do marido”; “mulher não funciona sobre pressão”; “mulher não serve para dirigir negócios”; ou que elas são sexo “frágil” foram recorrentes ao longo da minha vida e me provocaram incômodo. Portanto, nessa fase da minha formação acadêmica utilizo-me dos rigores da pesquisa científica para analisar como essa realidade empírica pode apontar para a desconstrução dos papéis sociais desempenhados por mulheres ao longo da história.

Ao assumir essa árdua tarefa, estabeleci como metodologia para buscar respostas plausíveis aos questionamentos que me inquietavam na experiência de vida de mulheres lideranças da comunidade Vila Vitória no município de Peritoró. Trabalhei com entrevistas semiestruturadas, porque Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005) apontam a

relevância das entrevistas semiestruturadas, pela combinação de perguntas abertas e fechadas que permitem ao informante, discorrer sobre o tema com facilidade.

As mulheres investigadas nesta pesquisa são trabalhadoras rurais, de vida simples. Elas são dinâmicas e souberam, em meio às dificuldades, conquistarem não somente a terra desejada, mas também o reconhecimento enquanto lideranças dentro da comunidade. Em geral, são mulheres que não tiveram a oportunidade de estudar, assumindo responsabilidades com o sustento da família precocemente. Durante as entrevistas, no olhar delas, se percebia a tristeza pelos direitos que lhes foram negados. A autoafirmação política de participação na luta pela terra fez com que se tornassem mulheres fortes e determinadas a ponto de mudarem as suas realidades.

O levantamento bibliográfico sobre o tema me conduziu a leituras e produção de fichamentos de informações encontradas em jornais da época dos conflitos no início dos anos 2000. Os relatórios e livros de ata comprovaram a veracidade da participação das mulheres no conflito, para além do próprio testemunho das mulheres lideranças.

Em busca de material bibliográfico que tratasse da temática, fiz uma viagem à cidade de Coroatá para um levantamento documental no arquivo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), onde foi encontrado um dossiê sobre o conflito da comunidade Vila Vitória, descrevendo todo o processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras para obterem a terra, porém na leitura do material observei rasa referência ao protagonismo das mulheres no período do conflito, fonte importante para a presente pesquisa.

Outras contribuições relevantes para esta pesquisa foram dos informantes da CPT de Coroatá, dentre esses, destaco a professora de História Aleandra Lemos da cidade de Peritoró-MA, que no período do conflito, era uma das agentes que trabalhava diretamente com a comunidade junto da senhora Antônia Calisto da cidade de Coroatá. As duas trouxeram importantes contribuições para esta pesquisa. A primeira, por conhecer a comunidade, repassou-me fontes importantes, matéria de jornais da época as quais mencionavam o conflito, (Anexo C e D) copia de ofícios entregues ao Ministério Público (Anexo E). Ela proporcionou indicações de possíveis mulheres, trabalhadoras rurais, a serem entrevistadas na pesquisa. A segunda, para além de contribuição oral, autorizou o meu acesso aos arquivos da CPT de Coroatá, repassando-me um importante documento que foi o dossiê Conflito Boa Esperança 2006, usado como fonte de pesquisa, pois contém todo o histórico do conflito ocorrido na comunidade Vila Vitória, intitulada anteriormente de assentamento Boa

Esperança, por está localizado próximo as terras da fazenda Boa Esperança, propriedade do então Deputado estadual o senhor João Castelo Ribeiro Gonçalves¹.

Na cidade de Peritoró-MA, fiz visitas investigativas no STTR (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) buscando mais informações, documentos ou testemunhos de mulheres que vivenciaram o conflito da comunidade, pois este sindicato prestou auxílio a comunidade no período do conflito. Minha escolha preferencial eram as falas das mulheres tendo em vista que, a voz a ser registrada nesta pesquisa são as de mulheres.

No processo investigativo, fui surpreendida pela informação de que os documentos que constavam sobre o conflito foram extraviados e a única mulher membro do sindicato, naquele período, estava impossibilitada de me repassar as informações por motivos de saúde. Entretanto o atual presidente do STTR, o Senhor Valter Guimarães, mostrou-se solícito para com a pesquisa, e, por ter participado ativamente desde o iniciou do conflito, como secretario de politicas sociais, repassou-me oralmente informações relevantes as quais contribuíram para a pesquisa.

Após a realização do levantamento e leitura do material bibliográfico, fiz entrevistas com roteiro semiestruturada e gravadas da História Oral contada pela trajetória de mulheres que vivenciaram o conflito. Nessa fase, foram realizadas duas (02) entrevistas, sendo elas: a) Marlúcia Miranda Xavier e b) Maria Eva Martins dos Santos.

Para o aporte teórico que fundamentou as análises desse estudo, foram utilizadas referencias nas áreas de História das mulheres, História Oral, História social, a exemplo de Idelma Santiago da Silva (2016), Luiz A. de Castro Santos (2003), Maria Otávia Battaglin Loureiro (2014), Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma(2005), Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral (2008), Isaura Rufino Fischer (2012) Maria da Glória Gonh (2011) dentre outros que subsidiaram a pesquisa.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, faz-se uma apresentação panorâmica da organização dos movimentos sociais no campo, bem como a luta e participação das mulheres rurais; no segundo capítulo, discorrerá brevemente sobre a participação política das mulheres nos movimentos à nível de Brasil e posteriormente uma discussão à respeito delas no estado do Maranhão.

O terceiro capítulo contextualiza-se a formação das associações Pro-reforma agrária, envolvendo a luta pela terra e o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu. O

¹ Político maranhense que exerceu cinco mandatos de deputado federal, bem como governou o Maranhão e foi prefeito da capital São Luís.

quarto capítulo se propõe apresentar o histórico da Comunidade Vila Vitória do município de Peritoró/MA juntamente com as lutas pela terra envolvendo a referida Comunidade. Nesse capítulo, as entrevistas serão um elemento norteador para empreender tal discussão e culminar com as minhas considerações finais.

CAPITULO I

2. ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: a luta, a participação e o protagonismo das mulheres.

Quando se observa as ações empreendidas pelos movimentos sociais ocorridos na zona urbana, é possível perceber algumas semelhanças e diferenças com relação aos ocorridos no campo, ambos são semelhantes porque possuem carências de políticas públicas. No entanto, a luta pela posse da terra é o que se constitui como um principal diferencial. Segundo Fischer (2012) os movimentos ocorridos no campo anseiam por mudanças quanto à questão fundiária, “Na área rural brasileira, tais movimentos tem sido apropriados à luta por mudanças na estrutura fundiária” (FISCHER, 2012, p. 86). Nesse sentido, os movimentos sociais do campo se organizaram com a proposta de mudar a realidade e com ela modificar a questão agrária.

Assim, surge no cenário brasileiro, ao longo de décadas de 1970, movimentos sociais rurais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Majoritariamente popular e rural, é um dos primeiros a se organizar no sul do país e se espalhar posteriormente por todo o território brasileiro objetivando, sobretudo, a democratização das terras.

O movimento popular rural cresce e aparece. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra –, criado em 1979 em Santa Catarina, espalha-se por todo o Brasil, realiza centena de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele após a área já estar ocupada), cria cooperativas de produção comercialização, funda escolas de primeiro grau – em que discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças, etc. (GOHN, 2011, p.304).

Nesse contexto, pode-se perceber que o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surge no cenário social difundindo um projeto amplo de organização na zona rural e consegue se articular nos quatro cantos do Brasil. No entanto, segundo Maria Glória Gohn (2001), o movimento se deparou com algumas dificuldades, tendo em vista as adversidades impostas pela cultura vigente de cada região ela afirma que, “[..] o movimento em âmbito nacional impõe as diretrizes gerais, diretrizes essas que muitas vezes encontram

dificuldades para se operacionalizar dadas as diferenças culturais entre as populações rurais de norte a sul do país”. (GOHN, 2001, p. 304).

Os ideais disseminados pelo MST vêm de uma corrente ligada ao marxismo. Ele, a princípio, quando surge, ainda no final dos anos de 1979, estava ligado a CPT (Comissão Pastoral da Terra) movimento da igreja católica ligada à teologia da libertação ²que desenvolveu um trabalho de articulação dentro dos assentamentos rurais com o objetivo de capacitar politicamente os assentados. Segundo Fischer (2012) é fundado em 1984, no sul do País e recebe também influencia das ligas camponesas, assim o movimento: “Resulta de uma reflexão ampla sobre as linhas de atuação dos movimentos sociais nacionais e estrangeiros que atuaram e atuam no campo da luta pela terra.”. (FISCHER, 2012, p. 86)

Observa-se que o movimento surge com objetivo concreto de findar a questão do latifúndio no país. “O MST tinha, inicialmente, o objetivo de organizar os trabalhadores para acabar com o latifúndio no Brasil e pressionar o governo brasileiro a distribuir a terra entre todos que quisessem nela trabalhar.” (FISCHER, 2012, p. 86). Um objetivo amplo que poderia diminuir ou finalizar as desigualdades no campo. Porém segundo Fischer (2012) os próprios fundadores deram-se conta de que, a problemática que envolve a questão agrária no país é ampla, e que o papel do movimento seria colaborar para modificar o modelo de propriedade existente no país, ou seja, compreende que a luta pela terra é de todos.

Dessa forma o movimento passa a organizar os trabalhadores/as rurais em assentamentos para lutar pelo acesso à terra. Cabe ressaltar que o movimento se diferencia dos demais, por conta da sua organização e da forma como conduz suas ações. Nesse sentido, percebe-se que a proposta do movimento é tornar a terra um bem acessível a todos. Todavia, um projeto complexo diante da problemática que envolve a questão agrária no país é que o Estado manifesta-se contraditório quanto à resolução da problemática, assim:

[...] a atuação do MST é permeado pela atuação do Estado que ora se manifesta conservador em relação aos conflitos no campo – por exemplo, com a morosidade no processo de desapropriação e resistência na realização da reforma agrária – tais como o programa de alfabetização de jovens e adultos da reforma agrária, ou como os convênios que implicaram a libertação de técnicos para atuação nos assentamentos, tais como o Projeto Lumiar. O referido cenário político também é composto pela ação da classe dos grandes proprietários que, durante os anos 1980, criou a União Democrática Rural (UDR) com o objetivo de defender os interesses dos grandes proprietários. (SOUSA, 2004, p. 9)

² É um movimento que se constitui uma vertente dentro da Igreja Católica e que faz uma reinterpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo.

Percebe-se que à medida que os movimentos de luta pela terra se organizam, outras agitações contrárias surgem e também se manifestam, ou seja, se os trabalhadores rurais se organizam na defesa de uma reforma agrária justa, em contra partida os grandes proprietários de terra se articulam para que ela mantenha-se intacta. Assim, as forças antagônicas se mantêm no conflito defendendo seus ideais.

Nesse processo de luta cabe destacar as formas de atuação das mulheres. Considerando a Constituição Federal de 1988, a qual garantiu as mulheres, dentre outras conquistas, o direito ao título da terra para as trabalhadoras rurais, independente do estado civil. Garantiu, ainda, a extensão dos mesmos direitos trabalhistas dos seguimentos urbanos para os trabalhadores/as do campo e o direito à previdência social. Dentre os benefícios previdenciários é importante destacar o acesso à aposentadoria por idade (os homens a partir dos 60 anos e as mulheres com 55 anos), independente de serem chefes de família ou não, e em igualdade de condições com o conjugue, além do salário maternidade. (CORDEIRO, QUADROS, 2012, p.97).

Assim, nas décadas seguintes, com seus direitos já garantidos com a Carta Magna de 1988, as mulheres trabalhadoras rurais, juntamente com as pequenas produtoras e outras categorias, aumentaram seu poder de articulação. Na década de 1990, predominam o enfoque na categoria de gênero e as mobilizações pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, a exemplo da Caravana das Trabalhadoras Rurais à Brasília, provenientes de 16 estados brasileiros, realizada em 1991.

As reivindicações dessa Caravana podiam ser classificadas como de natureza classista e de gênero. Em grande medida elas referiam-se aos direitos previstos na Constituição Federal. Nos anos 2000, as mobilizações das mulheres do campo e da floresta – uma categoria que evidencia o auto reconhecimento da diversidade dos movimentos de mulheres rurais – reivindicam e propõem direitos nas políticas públicas (sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos).

Dentre eles, destaca-se a Marcha das Margaridas, realizada em 2000, 2003, 2007 e 2011 coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (AGUIAR, 2015). As manifestações das mulheres da Via Campesina, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher é outro exemplo de ação política das mulheres que rompe com a invisibilidade pública de suas demandas, bem como constitui uma prática de participação democrática e construção crítica sobre as desigualdades de gênero (BRUNO et al., 2013). (SILVA, 2016, p. 3).

Nesse contexto, ao lutar por uma divisão justa da terra, surgem outros movimentos no campo que compartilham do desejo de mudança. Entre os quais estão os movimentos ligados a Igreja Católica que mobilizaram os trabalhadores/as rurais e camponeses/as para lutar contra as injustiças vivenciadas no campo. A esse respeito:

Com destacada atuação em favor do homem do campo, a Igreja Católica se afasta do sindicato de trabalhadores rurais a partir de 1965 e organiza outra frente de luta contra a expulsão dos camponeses. Associação de Cristãos no Meio Rural – ACER, defende o “movimento a serviço de todos os homens do campo” numa retomada da opção pelos pobres (ARAÚJO, 1990). Centra a luta dos trabalhadores na defesa da propriedade rural familiar ameaçada de extinção. Em 1975, amplia sua atuação ao fundar a Comissão Pastoral da Terra – CPT, movimento pastoral dedicado à luta no campo [...] (FISCHER, 2012, p. 88)

Dessa forma, surge no campo outra frente de luta que visa organizar os trabalhadores/as rurais na luta pela terra. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) que segundo Fischer (2012) nasce da linha progressista da Igreja Católica e é norteada pelos princípios dos direitos humanos. Propõe-se a orientar e assessorar os trabalhadores/as e camponeses/as, com auxílio legal no que concerne à disputa pela terra. Essa autora afirma que além de desenvolver ações pastorais e educação dentro do movimento, assessora juridicamente nos conflitos relacionados à terra.

Outro notório movimento emerge, o sindicalismo rural brasileiro entre os anos de 1960 e 1970. Segundo Amaral (2008) é nos anos de 1970 que eles passaram a ser fundados concretamente. Com relação ao sindicalismo no campo, as motivações podem ter surgido a partir das condições injustas que os trabalhadores vivenciavam no campo. “[...] a luta pela conquista da terra e por melhores condições de vida certamente motivou a participação e organização dos trabalhadores/as em movimentos rurais do campo”. (AMARAL, 2008, p.1)

As demandas do movimento sindical no Brasil variam desde a exclusão no campo, com a falta de acesso a terra, até a ausência das políticas sociais. Segundo Giuliani (2007) as reivindicações ao longo dos anos são por melhores salários, contestam as condições de trabalho e etc. No entanto, cabe destacar que o movimento afastou das discussões as condições desfavoráveis do trabalho das mulheres, ou seja, o ofício delas tornou-se marginalizado, “[...] a projeção em primeiro plano do *homem trabalhador* acaba deixando a sombra, quase invisíveis, às péssimas condições de trabalho impostas às mulheres”. (GIULANI, 2007, p.641). Dessa forma, as mulheres, para os sindicatos, não eram consideradas cidadãs. O seu papel social é reduzido a gestoras do equilíbrio doméstico.

Quanto ao surgimento dos primeiros sindicatos rurais, segundo Amaral (2008), a fundação dos referidos deram-se na década de 1970, período que houve o maior número de STTRs fundados, aproximadamente 52%. Esses são dados apurados no registro das atas. Cabe ressaltar, que se tratava da sindicalização dos homens trabalhadores do campo. Sobre as mulheres trabalhadoras rurais, nas atas, nada constavam. Nenhum dado revelava a quantidade de mulheres sindicalizadas, negando o registro de participação no movimento. considerando que, para além da assessoria jurídica, o movimento social estimula, através das assessorias técnicas, a promover discussão de gênero, na tentativa de inserir as mulheres nas discussões políticas frente ao efetivo masculino que é maioria e controla os espaços de tomada de decisão.

Em muitos casos desconsiderando a importância do papel das mulheres na luta. Dessa forma técnicos da CPT, por exemplo, responsáveis pelo trabalho relacionado a questão de gênero adotam nos acampamentos e assentamentos rurais metodologias de trabalho que afrontam a dominação masculina e criam condições para que se desenvolvam uma relação alinhada a igualdade de sexo e aos direitos humanos através da participação feminina nos eventos, ações, nas capacitações, nas deliberações e representações. (FISCHER, 2012, p. 88)

2.1 A inserção das mulheres trabalhadoras nos movimentos do campo.

Segundo Delgado (1998), as mulheres urbanas se organizam e conseguem através da luta conquistar o direito de se associarem aos sindicatos, e aumentar o efetivo no mesmo. Posteriormente as mulheres rurais buscam o mesmo direito de associação aos sindicatos rurais, mas, foram impedidas pelos mesmos. Assim sendo, esse poder ter sido o fator que estimulou as primeiras formas de articulação das mulheres do campo, uma vez que, naquela conjuntura, somente seus companheiros eram aptos a associar-se. Assim elas eram

Impedidas pelas direções sindicais de se associar – quem o fazia era apenas os homens o chefe da família -, as mulheres do campo, entre os anos de 70 e 80, reuniram-se sob o abrigo de entidades da igreja católica para troca de experiências sobre sua condição de mulheres. Nesse processo foram percebendo os sindicatos como instrumento importante de luta. Tiveram de lutar pelo direito de sindicalização, participaram de oposições sindicais e da fundação de vários sindicatos rurais no sul e Nordeste do país. (DELGADO, 1998, p. 210)

De acordo com as observações da autora, percebe-se que as mulheres camponesas alcançaram suas primeiras conquistas, motivadas pelo desejo de participar do processo de

sindicalização e obtiveram outros objetivos para além dele, deram os primeiros passos para almejarem sair do anonimato.

Compreende-se que as conquistas angariadas pelas mulheres do campo mencionadas anteriormente, não teriam sido possíveis sem auxílio de grupos ligados a Igreja Católica. Entre esses estão a CPT que as assessoram e a partir desse contanto com essas instituições, as mulheres se organizaram e se uniram a grupos com ideologias distintas. Passaram a fundar sindicatos de oposição pelo país, iniciando à luta para obter os mesmos direitos que seus companheiros.

Assim, comunga-se com Delgado (1998) ao afirmar que as mulheres do campo, sob o amparo das associações de apoio as trabalhadoras passaram a reivindicar ações particulares do campo. Ou seja, integradas e articuladas aos grupos específicos criaram associações que defendiam a causa rural assim:

“[...] criaram a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, junto ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, por meio da qual coordenaram as reivindicações particulares do campo (reconhecimento como trabalhadora, salário-maternidade, por exemplo) e desenvolveram um importante trabalho de sensibilização do conjunto de sindicalistas rurais quanto às relações de gênero”. (DELGADO, 1998, p. 211)

Outras conquistas podem ser percebidas no que tange a organização das trabalhadoras rurais nos sindicatos. Inseridas na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e com o apoio das feministas, as trabalhadoras rurais e urbanas criaram a primeira Secretaria da Mulher no Estado da Paraíba, cabe ressaltar que as mulheres rurais foram destaque,

[...] “as sindicalistas contaram com o apoio de mulheres que participavam da construção da do feminismo contemporâneo no Brasil. foi assim, por exemplo, na criação da pioneira Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba, em 1985 – na qual as trabalhadoras rurais tiveram papel de destaque – e da Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora, um ano antes”. (DELGADO, 1998, p. 212)

No que se referem às conquistas angariadas pelas mulheres do campo entre elas, a criação de associações estritamente femininas e a inserção no movimento sindical, não foram suficientes para sanar as dificuldades. Pois, elas continuaram a ser repelidas por seus companheiros quanto a sua capacidade de participação política, a esse respeito:

Na sua maioria, os sindicalistas consideram as mulheres mais como uma ameaça do que como potenciais aliadas. Ainda prevalece entre eles a ideia de

as mulheres são incapazes de exercer atividades políticas e de desempenhar funções no espaço público. Em virtude dessas crenças, aquelas que participam dos sindicatos não ocupam as funções de presidência. (SILVA, 2007, p. 571)

Nesse sentido, mesmo que tenham demonstrando serem capazes de mobilizar-se e criarem seus próprios movimentos, as mulheres rurais ainda enfrentam dificuldades para serem aceitas como militantes pelos seus companheiros dentro dos movimentos.

No entanto, mesmo que os obstáculos se entresusessem na árdua caminhada pelo reconhecimento, elas permaneceram lutando. A esse respeito Fischer (2012) menciona que a modernização da agricultura cooperou efetivamente para a visibilidade da mulher do campo, pois elas deixaram de ser simples trabalhadoras e passaram a ser assalariadas, ou seja, alugaram sua força de trabalho.

A implementação da modernização do trabalho exige também novas tecnologias, que, por sua vez, implicam mudanças nas relações de trabalho. A força de trabalho passa a ser regida pela legislação, alinhada os direitos trabalhistas, que funcionam como passaporte para chegar a outros direitos. Na prática, esse é um marco importante para a mulher do campo, que deixa o trabalho não remunerado e a relação patriarcal, e passa a conhecer e participar de outras relações sociais. (FISCHER, 2012, p. 46)

Nesse sentido, percebe-se que as mulheres do campo sejam elas assalariadas ou do seguimento de pequenos produtores, passaram a questionar as condições de sobrevivência do efetivo feminino no campo na perspectiva da produção. As desigualdades na valorização das atividades de produção desenvolvidas as conduziram a se articular e reivindicar direitos sociais e políticos, esse condizente com a condição de trabalho feminina e que permitiram que elas se afastassem do isolamento do lar,

[...] principalmente a partir das décadas de 80 do século XX. Grupos de mulheres em vários estados do país, particularmente no Nordeste, com o objetivo de discutir a condição feminina no meio rural, despertando o interesse do movimento feminista, que empreendia, então, um processo de luta direcionado ao meio rural, enfocando a androginia que permeava a estrutura fundiária (DEERE, 2002). Esses grupos discutem especialmente a condição da mulher e seu direito a terra como parceira (a mulher casada figurava como dependente do homem) e como solteira, a quem era vedada a posse da terra. Paralelamente, as mulheres rurais buscam formas de organização de classe e aderem a movimentos sociais para reivindicar o direito ao acesso aos meios de produção, terra e capital. (FISCER, 2012, p. 47)

Desse modo, à inserção das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou a elas, a oportunidade de mudança nas relações do meio familiar. Uma nova perspectiva surge onde a mulher se descobre enquanto sujeito e com os mesmos direitos de trabalhar que seus companheiros, bem como de administrar o patrimônio familiar.

A autora menciona ainda, que o Nordeste é uma das principais regiões de propagação desses movimentos, devido às desigualdades latentes entre homens e mulheres, no entanto, vários movimentos foram fundados em todo País,

[...] a exemplo do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul (ESMERALDO,2003; AGUIAR, 2015). Outro exemplo é o da articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste do Brasil (Maranhão, Piauí, Tocantins e Sudeste do Pará), no qual temas de classe, gênero e meio ambiente se articulam e se tencionam (AMARAL, 2007). (SILVA, 2016, p. 2)

Dessa forma, a partir das mobilizações as mulheres alcançaram visibilidade junto às associações nacionais de apoio aos trabalhadores/as rurais e as lideranças femininas, e passaram pressionar o governo para atender suas demandas, conseguindo, assim:

[...] como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária”. (SILVA, 2016, p. 3 apud SCHWENDLER, 2013, p.209)

Os resultados positivos da luta das mulheres por reconhecimento podem ser percebidos desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu a elas:

Entre as conquistas mais importantes alcançadas na constituição de 1988 para as mulheres trabalhadoras rurais estão o direito ao título da terra, independente do estado civil; extensão dos mesmos direitos trabalhistas dos seguimentos urbanos (as) para os trabalhadores (as) do campo e o direito à previdência. Dentre os benefícios previdenciários, é importante destacar o acesso à aposentadoria por idade (os homens a partir dos 60 anos e as mulheres com 55 anos), independente de serem de chefes de família ou não, e em igualdade de condições com o conjuge, além do salário maternidade. (CORDEIRO, QUADROS, 2012, p.97)

Assim percebe-se que, nas décadas seguintes com alguns dos seus direitos garantidos com a constituinte de 1988, as mulheres trabalhadoras rurais juntamente com as pequenas produtoras e outras categorias aumentaram seu poder de articulação:

Na década de 1990 predomina o enfoque na categoria de gênero e as mobilizações pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, a exemplo da Caravana das Trabalhadoras Rurais à Brasília, provenientes de 16 estados brasileiros, realizada em 1991. Conforme Paulilo (2009), as reivindicações dessa Caravana podiam ser classificadas como de natureza classista e de gênero. Em grande medida elas referiam-se aos direitos previstos na Constituição Federal. Nos anos 2000, as mobilizações das mulheres do campo e da floresta – uma categoria que evidencia o auto reconhecimento da diversidade dos movimentos de mulheres rurais – reivindicam e propõem direitos nas políticas públicas (sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos). Dentre eles, destaca-se a Marcha das Margaridas, realizada em 2000, 2003, 2007 e 2011 coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (AGUIAR, 2015). As manifestações das mulheres da Via Campesina, no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é outro exemplo de ação política das mulheres que rompe com a invisibilidade pública de suas demandas, bem como constitui uma prática de participação democrática e construção crítica sobre as desigualdades de gênero (BRUNO et al., 2013). (SILVA, 2016, p. 3)

Silva (2016) afirma que várias barreiras foram impostas às mulheres para impedi-las de se organizar, o que pode ter sido a inspiração para que elas passassem a lutar por seus espaços específicos: “Em parte, isso explica o surgimento dos movimentos específicos de mulheres, como espaços para tratar de suas reivindicações específicas de mulher, já que “eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe...” (SILVA, 2016, p. 4)

Porém cabe ressaltar que, romper barreiras como os preconceitos que denigrem a mulher, sobretudo, quando se refere ao campo pode se tornar uma tarefa difícil, pois:

A construção das relações de gênero, no âmbito da agricultura familiar, ainda parte da tradicional divisão sexual das tarefas, legitimada pela nossa sociedade ocidental, na qual a mulher, de modo geral, é relegada à esfera privada e reprodutiva e às atividades assistenciais, enquanto o espaço público e as atividades produtivas são considerados masculinos, como o são também as tarefas de coordenação e gerenciamento das unidades de produção (CADENGUE, ALMEIDA E GEHLEN, 2006). Sem contar na antiga, mas ainda presente, questão, da invisibilidade do trabalho feminino, o qual por vezes acaba sendo confundido com o não trabalho, com a não atividade econômica (PANZUTTI, 2006). (LOUREIRO, 2014, p.12)

Ao observar a realidade do campo, pode-se perceber que as relações de gênero ainda são pautadas por moldes tradicionais, ou seja, a mulher permanece sob o domínio de seu

companheiro. “No meio rural, onde ainda predominam hábitos tradicionais, o acesso à cidadania é, sem dúvida, o motivo de preocupação quando se trata, sobretudo, da categoria feminina” (FISCHER, 2012, p. 41).

Nesse sentido, mesmo que as mulheres tenham conquistado seus espaços e direitos no meio rural, substituir a concepção hegemônica masculina é um objetivo ainda em aberto, e superá-la tem sido uma tarefa árdua para as mulheres do campo.

Dessa forma, é possível perceber em linhas gerais que a ação política empreendida pelas mulheres do campo possuía um foco, qual seja sair da inviabilidade. Elas se articularam e criaram categorias diferentes no movimento de mulheres, com o objetivo de lutar por suas demandas específicas como, por exemplo, a posse da terra, direito a ser reconhecida como agricultora, a sindicalização, saúde, salário materno e aposentadoria.

Diante desse cenário pode-se entender os motivos impulsionadores das mulheres para lutar por espaço nas discussões político-sociais no interior dos movimentos sociais do campo. Sair da invisibilidade a que estavam submetidas implica para as mulheres enfrentar resistências até de seus próprios companheiros, para além da luta pelos direitos básicos, como participação no movimento social.

CAPÍTULO II

3. ELEMENTOS DO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS NO BRASIL: as conquistas e os desafios

De forma geral é inegável ao observar a realidade das mulheres, quando se referem aos espaços públicos percebe-se que este lhes foi vetado ao longo dos anos, e quando oportunizados a elas estava condicionado à companhia masculina. Essa realidade imposta às mulheres tem raízes na formação das sociedades humanas, onde se percebeu que continuamente reservaram a elas a esfera privada, desse modo, foi necessário que elas lutassem para alcançar outros espaços que não fossem exclusivamente o doméstico.

Observa-se que os processos de conquista das mulheres não foram rápidos e espontâneos, foram cotidianamente construídos a partir da reflexão sobre sua condição dentro da sociedade. Assim, elas foram se sensibilizando de sua condição dentro da sociedade e uniram-se, formando frentes para lutar contra a ordem vigente e por uma realidade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, Fischer (2012) assevera que as mulheres ganham visibilidade no Brasil no início do século XX, período da expansão capitalista. Elas iniciaram suas principais reivindicações pelo direito a cidadania, ao voto e ao trabalho, porém cabe ressaltar que:

Embora tivessem acesso a este último, as mulheres somente puderam exercer o direito a trabalhar sem autorização do pai ou do marido em 1940. Esse avanço não as eximiu, entretanto, de enfrentar outras discriminações no mercado de trabalho, no qual, se inseriram acumulando as atividades domésticas e demais encargos familiares. (FISCHER, 2012, p.38).

Mesmo enfrentando todos os tipos de discriminações elas permaneceram na luta. Reivindicando direitos sociopolíticos, melhores condições de trabalho e lutando pela universalização dos direitos, “À semelhança do que ocorreu no governo Vargas, o movimento de mulheres liderou mobilizações públicas, como a da anistia, lutando simultaneamente por questões específicas, como aborto, divórcio igualdade social etc.” (FISCHER, 2012, p.40).

Percebeu-se que as mulheres obtiveram mais visibilidade na esfera pública com as reivindicações por direitos sociopolíticos, e, que durante este processo alteraram-se algumas relações na sociedade, no que tange ao papel social destinado a mulher. No entanto, quando se observa as relações de poder envolvendo as questões de gênero, percebe-se que estas

permanecem em posições desiguais, mantendo as mulheres ainda em condições menos favoráveis que os homens,

A visibilidade da mulher no espaço público, assim como seu acesso à reivindicação pela igualdade de direitos, constitui, sem dúvida, uma alteração significativa em relação ao passado patriarcal de nossa sociedade, mas não se pode dizer que essa condição signifique efetivamente uma mudança nas relações sociais de poder que percorrem as relações de gênero. (FISCHER, 2012, p. 53)

Com relação à participação política das mulheres no Brasil, pode-se dizer que elas ganharam mais visibilidade se inserindo nos movimentos sociais, entre eles os feministas, colocaram em pauta os problemas sociais que afetavam diretamente a condição feminina:

Na égide da modernidade, o movimento feminista – organização de mulheres em torno de problemas específicos de sua condição e experiências sociais – se legitima ao tentar eliminar as barreiras tradicionais de uma sociedade patriarcal marcada por discriminações. Juntamente com os passos do movimento libertário de 1968, a segunda geração de feministas amplia as reivindicações e contesta a supremacia do “macho branco” e sua pretensão de representar o universal, a totalidade da composição social. No Brasil, sua maior expressão se deu no período de intensas transformações socioculturais que permearam os anos 60, fazendo aflorar o feminismo, alcançando representatividade e força. Concretamente, tornou-se um movimento de politização e conscientização, não somente nas causas das mulheres, mas um intenso movimento social, tornando políticas e públicas as relações que se estabeleciam restritamente no domínio privado. (CALVACANTE, 2005, p. 254)

Dessa forma como se percebeu na ênfase da autora, houve na conjuntura social modificação a partir das reivindicações dos movimentos feministas, a ação empreendida por ele conduziu a mudanças quanto a própria consciência feminina. O movimento feminista se organizou, e as mulheres se conscientizaram e iniciaram a luta por seus direitos e para afastar visões tradicionalistas que permeavam as relações sociais e de gênero. Assim, entende-se que a contribuição do movimento feminista foi essencial para inserção das mulheres nas discussões políticas, passo importante para a garantia dos direitos.

Outro movimento social, o qual as mulheres se inseriram e que oportunizou a elas mais espaços de discussão a respeito das condições desfavoráveis e desiguais, foi o movimento sindicalista. Segundo Delgado (1998) o contingente masculino nos sindicatos eram superiores em relação ao feminino, porém essa conjuntura se altera entre os anos de 1970, quando elas ganharam expressividade nas discussões políticas, assim, ampliaram a

participação nos sindicatos. Todavia cabe ressaltar que, alguns fatores foram preponderantes para modificação dessa realidade:

[...] o enorme crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho, acompanhando uma tendência mundial. A expansão da base trabalhadora feminina chamou a atenção dos sindicatos urbanos, fazendo com que muitos deles desenvolvessem atividades dirigidas às trabalhadoras de sua área. Outro fator foi à eclosão de um movimento sindical dinâmico e vigoroso, no final dos anos 70, que despertou maior interesse pelo sindicato como espaço de representação e de luta por melhorias salariais e das condições de trabalho. Finalmente, a emergência do movimento feminista e de um movimento diversificado, desde meados dos anos 70, contribuiu para estimular o desejo de participação feminina, inclusive trabalhadoras assalariadas. (DELGADO, 1998, p. 210)

Percebe-se dessa forma que a inserção feminina nos sindicatos, pode ter propiciado às mulheres condições favoráveis para uma possível mudança nos paradigmas sociais, especialmente no que tange à questão de gênero. Elas lutaram pelo direito a se associar aos sindicatos, para obter as mesmas garantias conferidas aos homens, pois, trabalhavam em condições iguais e necessitavam dos mesmos direitos.

Entre outras formas de organização e articulação das mulheres, através da CNMT (Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora) elas conseguiram a inserção na CUT (central Única dos Trabalhadores) tanto as mulheres urbanas quanto as rurais. Cabe ressaltar que, elas conquistaram esse espaço por meio de muita luta, a esse respeito:

No primeiro semestre de 1986, sindicalistas urbanas e rurais de diversas regiões do país reuniram-se para desenhar a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) e as comissões estaduais. Em seu 2º congresso nacional, em agosto do mesmo ano, a CUT reconhecia a existência da discriminação das mulheres na sociedade, assumia o compromisso de lutar por sua eliminação e aprovava a proposta de organizar desejada pelas sindicalistas. (DELGADO, 1998, p. 211)

De acordo com a ênfase da autora, é possível perceber mudanças na sociedade com relação à condição feminina. Porém, no que se refere às mulheres estarem à frente nas decisões políticas, ou seja, liderar essa é uma realidade que ainda não se concretizou efetivamente. No entanto, compreende-se que houve algumas conquistas e estas modificaram a realidade das mulheres e alteraram padrões sociais diminuindo o tradicionalismo arraigado na sociedade.

3.1. As lutas e mobilizações dos movimentos sociais do campo no Maranhão

Os movimentos de luta pela terra no Maranhão têm raízes históricas, vem ao longo dos anos se manifestando através dos grupos populares menos favorecidos, os camponeses/as e trabalhadores/as rurais. Em regiões específicas do Estado eles se manifestam de forma mais acentuada, a exemplo do leste maranhense, onde teve uma expansão vertiginosa na década 1960, legalizada pela Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, denominada Lei de terras, ou Lei Sarney de Terras. A esse respeito Azar (2011) atenta para desequilíbrios ocasionados pelo agronegócio e para a concentração, posse e uso da terra, disputa estabelecida entre camponeses e empresários do agronegócio. As consequências são desastrosas, com perseguições e assassinatos, principalmente de lideranças camponesas comprometidas na luta pela terra no Estado. (AZAR, 2011, p.7)

Nesse contexto, pode se inferir que a luta pelo direito a terra no Maranhão tem sido constante, mobilizando os grupos populares do campo a lutarem pela reforma agrária. Dessa forma, se percebe que são homens e mulheres que incessantemente buscam abolir os infinitos conflitos que assolaram suas comunidades, deixando crianças sem pais, pois, nos violentos conflitos muitos homens e mulheres perdem suas vidas.

No Maranhão os primeiros passos para modificar a realidade do campo, se iniciaram com a formação das primeiras associações de trabalhadores rurais e camponesas. Assim, as primeiras mobilizações no campo se deram com movimento sindical que se organizava por volta 1954, e a motivação foi a II Conferencia Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada no estado São Paulo, pois foi a partir desse congresso que os trabalhadores começaram a se organizar concretamente,

No Maranhão, a adoção desta resolução da II conferencia levou à criação em fins de 1954, da Comissão Estadual de Reforma Agraria. Os membros desta comissão, a partir da capital São Luís percorreram o interior do Estado, principalmente os dos rios Itapecuru e Mearim, formando outras agremiações semelhantes em diversas sedes de municípios. As “comissões” estavam articuladas com a campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela reforma agraria. Em maio de 1955, na cidade de Caxias com a presença de elevado número de trabalhadores foi fundada, em assembleia geral a Comissão Central do Município de Caxias Pro-Reforma Agrária. Compunham a comissão efetiva, eleita na própria reunião, não apenas trabalhadores rurais e lavradores, mas notadamente ferroviários, estivadores e “artistas” (artesãos, ferreiros, carpinteiros e pintores) a luta pela reforma agrária não se apresentava como exclusiva dos trabalhadores rurais, mas sim como reivindicação básica do conjunto das classes trabalhadoras.(ALMEIDA, 1981, p. 10)

O que se entrever é que os trabalhadores reivindicavam a princípio a reforma agrária, porém para alcançar esse objetivo foi necessário articular todo estado. Cabe ressaltar que as mobilizações, não agregaram unicamente os trabalhadores rurais em suas comissões regionais criadas por todo Estado, todavia, uniram-se a eles também, outras categorias de profissionais advogados, estudantes e etc., dando forma ao movimento pelo sindicalismo rural.

Dessa forma, no movimento que conduziu aos primeiros sindicatos no Maranhão podem ser observadas algumas conquistas no que se refere à luta pela reforma agraria, um exemplo é a criação das instituições, pois foram criadas ainda no início do movimento sindical e elas tiveram papel crucial na luta a favor dos trabalhadores/as.

As ações empreendidas pela organização das associações desagradaram os proprietários da terra, a partir de então, iniciou-se uma serie de conflitos violentos que vitimou um número considerável de pessoas de ambos os lados. Os conflitos se sustentavam por conta da ausência de um sistema judiciário neutro, pois por vezes favorecia os poderosos em detrimento das classes populares somados a Ditadura Militar que chega para ancorar concretamente as repressões. Almeida (1981, p.37) afirma que “Instaurou-se uma perseguição sistemática e generalizada aos membros das associações numa escala crescente de violências e arbitrariedades, que encontrarão expressão definitiva com o Golpe Militar de março de 1964”.

Há registros que mostram que mesmo diante da opressão generalizada dos latifundiários ou do próprio regime militar, as instituições permaneceram junto aos trabalhadores rurais e camponeses lutando por seus espaços. Nesse sentido, outras instituições se destacaram, como a Igreja Católica que colaborou na articulação dos trabalhadores rurais, criando movimentos importantes que contribuíram para luta contra as desigualdades existentes no campo.

Almeida (1981, p.47-48) aponta que entre os movimentos organizados pela Igreja estão a Cooperativa Banco Rural do Maranhão que financiava os pequenos proprietários e trabalhadores rurais e o MIRA (Movimento Inter-municipal Rural Arquidiocesano) responsável pela expansão rural. Cabe destacar que o trabalho desenvolvido pela Igreja nesse período, não estavam em consonância com ATAM (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão), pois, as duas instituições divergiam quanto às formas de mobilização.

Dessa forma, se por um lado a Igreja facilitava o acesso dos trabalhadores à compra dos lotes de terra, por meio do Banco Rural, para poderem estabelecer suas moradias e cultivarem suas rocas, a ATAM discordava, pois, na concepção da instituição os trabalhadores deveriam obter o direito a terra sem a necessidade de ter que compra-la.

No entanto, ressalva-se que mesmo discordando quanto às formas de mobilizar os trabalhadores, havia entre as instituições um ponto comum, ambas discordavam do latifúndio exacerbado no estado, e essas distâncias diminuem quando a Igreja se propõe refletir sobre suas ações, “as agremiações vinculadas à igreja estiveram em constante polemica com ATAM(Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão), até o início de 1962, quando o clero redefiniu sua atuação face ao movimento sindical dos trabalhadores” (ALMEIDA, 1981, p. 54).

Almeida (1981, 55-56) assinala que os padres ligados à ala progressista, na luta por sindicalização e reforma agrária tentam organizar as ligas camponesas por todo o estado, porém não lograram êxito, pois, o movimento a nível nacional passava por problemas estruturais internos.

Assim, o movimento seguiu na luta pelo sindicalismo se mantendo articulado, e apoiado pelas associações e pela Igreja, porém os conflitos não se sanavam se agravando por todas as regiões do estado. Segundo Almeida (1981) os embates entre trabalhadores rurais, camponeses e latifundiários no Estado, por vezes terminou em tragédia agravando substancialmente os conflitos entre as classes antagônicas:

Procurando impedir a organização dos sindicatos os detentores do poder a nível municipal continuaram a prender os líderes dos trabalhadores rurais e a intimidar os seguidores do movimento. O poder público subordinado à ordem privada, mais precisamente ao interesse dos latifundiários, reprimiu violentamente o movimento dos trabalhadores rurais em Pirapemas. Numa das “expedições punitivas” contra os que se mobilizaram para consolidar o Sindicato perderam a vida oito trabalhadores rurais, saíram feridos três soldados e foi liquidado o comandante do destacamento policial. Na Câmara Federal, o deputado maranhense Neiva Moreira protestou responsabilizando o governo estadual, que segundo ele “ensopa as mãos no sangue das populações rurais”. (ALMEIDA, 1981, p. 61)

O que se percebe na ênfase do autor é que os trabalhadores rurais e camponeses empreenderam seus embates sem apoio do poder público, pois, seus possíveis “aliados” mantinham alianças mais concretas com seus opositores os latifundiários. No entanto, diante do total desamparo, por vezes houve quem se sensibilizasse com a causa, a exemplo do deputado Neiva Moreira³.

Desse modo, pode-se inferir que a situação no campo chegava ao seu extremo. Almeida (1981) menciona que ela se agrava consideravelmente por volta de 1964 quando se

³ Político oriundo da cidade de Barão de Grajaú, foi entre as décadas de 1950 e 1960 o mais tenaz e combativo opositorista contra o Vitorinismo e Sarneysmo.

instala o período ditatorial no Brasil, assim, associações foram fechadas, sindicatos que estavam encaminhados legalmente perderam sua legitimidade, ou seja, retrocesso. No entanto, mesmo impedidas de se organizar as associações se mantiveram articuladas clandestinamente e fundavam seus sindicatos.

3.2 O contexto de formação das associações pro-reforma agrária.

Nesse sentido, por volta de 1968 surgem os primeiros sindicatos legalizados, nos municípios de Urbano Santos e Santa Inês, e, por conseguinte outros foram sendo reconhecidos em todo o Maranhão. Não obstante isto tenha significado que os conflitos por terra tenham desaparecido com a legalização, pois, outros problemas se apresentaram, como as intervenções feitas pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e pelo Estado,

Com a implantação dos projetos agropecuários, aprovados pela SUDAM, que usufruíram de incentivos fiscais e ocupam milhões de hectares, uma multiplicidade de órgãos governamentais instalaram-se na Pré-Amazônia maranhense. O recrutamento ilegal de trabalhadores rurais para os desmatamentos se generalizou, assim como, a ação dos grileiros. (ALMEIDA, 1981, p. 69)

De acordo com autor, os projetos criados pelo governo nesse período no Estado agravaram consideravelmente os conflitos por terra, inúmeros denúncias de assassinatos tanto de trabalhadores rurais quanto de jagunços e pistoleiros foram encaminhadas ao ministério público. No entanto, cabe ressaltar que na maioria das vezes, estas denúncias permaneciam sem resolução.

A amplitude alcançada pelos conflitos foi determinante para que a Igreja católica se posicionasse frente à problemática, mobilizando os trabalhadores rurais e camponeses para enfrentar os embates, dando-lhes formação básica para que eles pudessem atuar. Segundo Almeida (1981, p.77) é nesse cenário que surge concretamente o papel da CPT (Comissão Pastoral da Terra), movimento liderado pela Igreja católica criado em 1975, que passa a lutar junto aos trabalhadores rurais.

No Maranhão as ações da CPT se iniciaram por volta de 1979, o movimento subsidiava os trabalhadores lhes propiciando educação e os apoiando nas reivindicações. A CPT além de apoiar os trabalhadores se propunha, a desenvolver o trabalho de mapeamento dos conflitos, a exemplo da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) ambas tinham o objetivo de apresentar a situação às autoridades, para que algo fosse feito em

prol dos trabalhadores. No entanto, à medida que anos passavam a situação se recrudesceu e os assassinatos e perseguições aos trabalhadores eram constantes.

Porém, as mobilizações prosseguiram com os militantes fundando os sindicatos rurais na expectativa de que a situação fosse aos poucos tomando outros direcionamentos. No ano 1980 Almeida (1981, p.78) afirma que mais de 129 sindicatos foram fundados. Entretanto cabe ressaltar que, a institucionalização dos sindicatos não significou para os trabalhadores rurais nenhuma autonomia, pois:

O governo Federal em Setembro e outubro de 1980 desapropriou cerca de 110 mil hectares no Maranhão beneficiando a quase 4 mil famílias de posseiros em áreas consideradas de “tensão social”. Existe o propósito de neutralizar o movimento dos posseiros e de subordinar as lideranças sindicais à ação do partido oficial, engrossando assim, as suas fileiras. Neste contexto é que o problema da autonomia dos sindicatos de trabalhadores no Maranhão se coloca como um desafio atual aos dirigentes sindicais. (ALMEIDA, 1981, p.78)

O fim do Regime Militar pode ter favorecido os processos de mobilização e formação dos grupos populares. Incentivados por movimentos ligados a educação e aos movimentos pastorais, desse modo:

O fim do regime militar, em 1984, facilitou o trabalho de grupos de conscientização cívica e política que militavam entre as camadas populares. No Maranhão, essas atividades, inspiradas ali como em muitos outros cenários pela famosa *pedagogia da liberdade* de Paulo Freire, tiveram o empenho direto de grupos ligados à Pastoral Católica. (SANTOS, 2003, p.47)

Nessa conjuntura surgem vários movimentos no Maranhão, entre os quais um merece destaque o movimento das quebradeiras de coco, não obstante por ser um movimento que em suas premissas traria melhorias quanto à sobrevivência de um número considerável de mulheres e homens que sobrevivem da extração da amêndoa vulgo coco do babaçu. Assim sendo por este ofício ser majoritariamente feminino oportunizou para mulheres camponesas visibilidade. Entende-se que eles se organizaram a partir dos conflitos sociais de terra e também da articulação do novo sindicalismo que se instaura no Maranhão, dessa forma:

Fruto de conjunturas sociopolíticas e econômicas da segunda metade do século XX, o movimento de quebradeiras de coco se gestou no período em que o sindicalismo tradicional havia cedido espaço ao novo sindicalismo, em que a agricultura familiar se tornava objeto de novas políticas desenvolvimentistas e as identidades se apresentavam mais múltipla e acentuadamente. Esse movimento emergiu num contexto em que o campo brasileiro caminhava para novas alternativas de sobrevivência, em que

questões sociais e os desafios ambientais se fortaleciam como pauta de discussões. (BARBOSA, 2015, p. 630).

A partir do exposto, percebeu-se que à medida que novas relações se estabeleceram diminuíram-se consideravelmente as visões tradicionais que antes pautavam as relações de poder. Assim, a conjuntura se modifica e abriu-se espaço para novas relações sociais, com o movimento das quebradeiras de coco as mulheres camponesas afirmaram-se na condição de trabalhadoras propiciada pela emergência de um novo sindicalismo, este acessível a todos, pois as incluíram em suas agendas de luta.

Nesse sentido, pode se mencionar igualmente que as lutas entre camponeses e os grandes proprietários de terra, que envolvia homens e mulheres propiciou uma modificação nas relações sociais quanto à questão de gênero:

As mulheres envolvidas com a quebra do coco babaçu no Maranhão estiveram em vários confrontos sociais lutando por seus modos de vida. Construíram historicamente uma identidade própria baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas. (BARBOSA, 2015, p. 669)

Dessa forma, percebeu-se que os movimentos desenvolvidos no campo maranhense não se formaram aleatoriamente, eles se organizaram a partir de uma consciência política. Dessa forma, é possível perceber que os grupos tiveram a princípio uma formação para que compreendesse o sentido da luta, estando munidos do conhecimento estavam aptos a lutar.

Embora tenha sido desafiador encontrar os registros do protagonismo das mulheres na organização dos movimentos em defesa da terra, a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão é uma demonstração de que, oportunizadas pela parceria de instituições (como a igreja católica) as mulheres rompem as barreiras que separam e negam a sua participação política na luta pela terra, pois foram elas que estiverem à frente dos conflitos, em detrimento da proteção dos seus maridos e filhos, como detalharei mais a frente.

CAPITULO III

4. OS ANTAGONISMOS NO MEIO RURAL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.

Segundo Azar (2011) o estado do Maranhão é majoritariamente agrícola, fator que pode explicar o grande número de conflitos entre os grupos antagônicos camponeses e latifúndios. Desse modo, entende-se que os primeiros lutam para obter o direito a terra, e os segundos lutam para impedir que seus adversários tenham o direito a ela:

O Maranhão, estado eminentemente agrícola, segue a histórica estrutura fundiária concentradora do país, embasando as relações sócio-econômicas e políticas no estado, as quais encontram as mediações necessárias para a manutenção do *status quo* perpetrado pelo poder do latifúndio. (AZAR, 2011, p. 2)

Nesse sentido, pode-se inferir que os conflitos por terra podem ser considerados o estopim que favoreceu efetivamente a organização dos movimentos no meio rural. Ou seja, a partir deles os camponeses e trabalhadores passaram a pressionar o governo pela reforma agrária no Maranhão, assim, motivados pela luta começaram a criar cooperativas por todo o estado:

Centenas de conflitos envolvendo disputas pela terra ou por direitos de cultivo e de extrativismo estouraram em todo o interior maranhense e pressionaram pela reforma agrária, item da agenda política que os partidos dos novos governos civis timidamente aceitaram introduzir em relação a áreas mais conflituosas. É importante notar que as primeiras conquistas dos trabalhadores rurais logo favoreceram o surgimento de novas formas de debate e de ação coletiva. Os primeiros passos em direção à formação de “cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas” no Maranhão foram dados por volta de 1988-1990, em povoados e sedes de municípios ao longo do rio Mearim (Almeida, 1995b, p. 34 e 41). Em Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Lima Campos, quatro cooperativas de trabalhadores agroextrativistas congregavam mais de seiscentos associados. (SANTOS, 2003, p.48)

Desse modo, se pode inferir que a luta pela terra foi determinante para transformar a vida de milhares de trabalhadores/as do campo. Assim, outros grupos se motivaram, entre eles, as mulheres trabalhadoras rurais que se organizaram nas associações e buscaram manter um diálogo com os sindicatos rurais, os enxergando como parceiros.

À medida que as organizações de mulheres vieram a se consolidar, na década de 1990, não se colocaram *contra* o movimento sindical pela disputa de poder, numa espécie de jogo político de “soma zero”. Ao contrário, tornaram-se uma ação *a mais* no universo de mobilização camponesa da região. (SANTOS, 2003, p. 48)

Percebe-se dessa forma, que a atitude das mulheres não se apresenta como disputa de poder, elas querem garantir seu espaço e mostrar aos seus companheiros, que eram capazes, assim como eles de se organizar.

4.1 articulações das mulheres nos movimentos sociais do campo no Maranhão e o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Segundo Barbosa (2015) “as ações de quebradeiras de coco em conflitos foi o que preparou o terreno para que elas se mobilizassem, afirmassem uma identidade e fundassem um movimento próprio – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)”.

A partir da formação do MIQCB se observam algumas conquistas entre as quais uma se destaca majoritariamente, a construção de identidades,

[...] foi criado em 1990 a partir das discussões realizadas no Grupo de Estudos das Quebradeiras de Coco Babaçu, em meados de 1989, e institucionalizado em 2002 (transformado em associação – Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - AMIQCB), constituindo-se em uma organização de mulheres camponesas que se aglutinam a partir de critérios de luta em defesa do ambiente, com a proposta de agroextrativismo do coco babaçu; de preservação e do livre acesso aos babaçuais, estabelecida em muitos casos a partir de lutas de caráter político-jurídico como no caso da construção de uma proposta de legislação específica - **Lei Babaçu Livre**; e por formas particulares de cooperação e associativismo; ao lado, ainda, de uma organização institucional própria que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. O Movimento foi consolidado depois da realização de dois encontros (Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará) ocorridos em setembro de 1991 e outubro de 1993. (REGO e ANDRADE, 2006, p.52)

Cabe destacar que o movimento permaneceu articulado e as mulheres quebradeiras de coco ganharam tanta visibilidade que conseguiram expandir o movimento para além dos muros do Estado. De tal forma, que elas passaram a se comunicar com outras cidades e Estados vizinhos, alargando consideravelmente as fronteiras que limitavam o movimento.

Dessa forma é possível perceber que as mulheres quebradeiras de coco conseguiram ampliar suas ações alcançando metas relevantes, como autoafirmação de uma identidade de gênero, esta gestada cuidadosamente pelo reconhecimento de ser um movimento majoritariamente de mulheres.

Tornou-se comum que quebradeiras de coco, se identificassem como negras, indígenas, quilombolas, e também se assumissem reiteradamente enquanto mulheres, acentuando uma autoidentificação de gênero. E, na medida em que suas ações foram se ampliando, algumas delas passaram a coordenar cooperativas e associações políticas e varias de suas lideranças assumiram cargos políticos-institucionais, como cargos de vereadoras, e a direção de sindicatos, cooperativas e associações. Lutando pela preservação das palmeiras de babaçu, além da tentativa de criação de reservas extrativistas, outra medida por elas empregada foi à implantação de uma lei que determina o uso comunal dos babaçuais, podendo ser este recurso explorado ainda que esteja em áreas privadas. (BARBOSA, 2015, p. 631).

Como se percebe na citação o movimento possuía propostas amplas e poderia beneficiar um contingente significativo de mulheres quebradeiras de coco e também todos que partilhassem do ofício da extração do coco babaçu.

Nesse contexto, observou-se que a visibilidade adquirida pelo movimento decorreu de um trabalho de parcerias entre as mulheres quebradeiras de coco e diferentes instituições parceiras a fim de colaborar na manutenção do movimento:

Diversos agentes, movimentos e instituições, cada um atuando de diferentes perspectivas, foram importantes para o processo de articulação de quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais a igreja católica, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), a Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (ASSEMA), alguns setores partidários, e, mais recentemente alguns intelectuais. (BARBOSA, 2015, p.633)

A autora destaca que, todos os parceiros envolvidos com o movimento das quebradeiras de coco cooperaram efetivamente para criação do movimento e de outras instituições a exemplo da ASSEMA, onde o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras também tiveram suas contribuições específicas:

Em 1989, quebradeiras da Baixada Oriental maranhense iniciavam reuniões com a SMDH e através do Projeto babaçu passaram a ter o apoio desta instituição. Assim, num primeiro momento, a mobilização se caracterizou por ações localizadas de quebradeiras, que organizaram inicialmente em seus povoados e com apoio de instituições diversas, inclusive de pesquisadores e membros da igreja católica. A ASSEMA foi resultado da atuação de

trabalhadores e trabalhadoras dos sindicatos dos trabalhadores Rurais (STTRs) dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos (todos da região do Médio Meariam), que se organizaram com o objetivo de assegurar as terras que haviam conquistado após os conflitos. Através da Assema criou-se um grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e essa iniciativa fundava reuniões e encontros de quebradeiras da microrregião, constituindo um terreno sólido para fundação efetiva do MQCB. (BARBOSA, 2015, p.636)

Nesse contexto, a criação dos movimentos como se percebe foi uma iniciativa de vários grupos, e também contou com o apoio de partidos políticos, Barbosa afirma que, “A afinidade das quebradeiras pelo PT – Partido dos Trabalhadores se deve a muitos contatos estabelecidos entre elas e membros desse partido. Esses contatos se deram, sobretudo na época dos conflitos que as envolviam, ocasião em que políticos prestavam seu apoio a lutas dos camponeses”. (BARBOSA, 2015, p.638).

Cabe, também, ressaltar que entre as instituições, a CPT representou um exemplo relevante de participação mais efetiva, subsidiando e cooperando com o MQCB:

[...] a atuação da Igreja católica foi forte em todos os estados que compõem o MIQCB, sobretudo através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) focos localizados de mobilização, aos poucos e simultaneamente, foram se ampliando e se estendendo ao encontro de outros grupos de mulheres em situação semelhante. (BARBOSA, 2015, p. 634)

Dessa forma é possível perceber que as conquistas obtidas com o movimento das quebradeiras de coco não beneficiaram unicamente as associadas ao movimento, mais também as mulheres de outras categorias, como as camponesas e trabalhadoras rurais.

É necessário destacar, também, que a organização da cadeia produtiva do extrativismo do babaçu, através de cooperativas de produção provocou impactos positivos sobre a economia do Maranhão:

[...] as atividades de fomento à produção e à comercialização conduzidas pelas associações das quebradeiras, por meio de cooperativas, obtiveram ganhos não só para as famílias, mas para a economia dos povoados e municípios em geral. (SANTOS, 2003, p.49)

A partir desse registro compreende-se que as ações do movimento das quebradeiras de coco, e de outras associações afins trouxeram para as mulheres a visibilidade e com ela a possibilidade de transformação de sua condição no meio rural. Nesse contexto, Barbosa (2015), aponta que foi negado as mulheres trabalhadoras do campo o direito de participar nos sindicatos e associações por preconceito e discriminação afastando-as das decisões, porém as

motivando criar espaços próprios livres dos maus hábitos, do machismo arraigado no sexo oposto assim,

Observa-se que em razão da falta de espaço para uma maior atuação junto aos STTRs e em virtude da pouca representatividade das quebradeiras de coco junto à Assema, essas pressionaram o estabelecido e para fazer frente às assimetrias de gênero resolveram criar um movimento próprio. (BARBOSA, 2015, p. 641)

São muitos os obstáculos impostos às mulheres trabalhadoras rurais quanto a sua participação nas decisões político-sociais, pois, permanecem ainda visões tradicionais que tem tendência a se perpetuarem apontando as mulheres como indivíduos menos capazes que seus companheiros homens. Todavia, no campo não há diferença no trabalho forçado desenvolvido por ambos os sexos nas roças, ambos trabalham igualmente, porém a diferença é que ao retornarem do trabalho os homens irão descansar e as mulheres irão para sua segunda jornada que é cuidar da casa e dos filhos. Assim, quando se observa a jornada tripla empreendida pelas trabalhadoras do campo entende-se o quão é cansativa e estafante:

A jornada cotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica subsumido no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe/esposa/dona-de-casa, naturalmente considerada parte das relações afetivas. A jornada de trabalho da mulher rural inclui o cuidado das crianças, dos doentes, dos velhos, o apoio psicológico para manter a família unida, o abastecimento d'água, que, muitas vezes, supõe seu deslocamento de até 3,4 quilômetros, e o da lenha, que, além de exigir esforço físico para cortar a madeira, requer a condução dos feixes pesados até a casa. (FISCHER, 2012, p.44)

A partir do exposto percebe-se as inconsistências relacionadas as capacidade e fragilidade da mulher, pois, uma mulher é capaz de administrar com destreza várias funções.

As mulheres que sobrevivem no campo sofrem com o preceito de seus próprios companheiros, porém quando esta em jogo a defesa dos direitos da comunidade, como por exemplo, nos conflitos por terra elas são as primeiras a se organizar, nesse sentido é que surge o questionamento: por que elas não seriam capaz de assumir funções políticas? Por vezes seus companheiros não saberiam responder, mas a resposta a esse questionamento aparece quando se dá voz as mulheres.

Diante do exposto, e especialmente pela luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu é possível constatar como os registros são injustos com o protagonismo das mulheres, principalmente aquelas que sobrevivem e fazem suas lutas no campo. Por tanto é necessário,

cada vez mais, resgatar historias de luta das mulheres para colaborar no processo de desconstrução das “incapacidades” e das “fragilidades” atribuídas a mulher.

CAPITULO IV

5. O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE VILA VITÓRIA : a perspectiva das mulheres que viveram o conflito.

Nesse capítulo apresento o histórico da comunidade e as histórias vivenciadas por duas mulheres lideranças que estavam na linha de frente do conflito pela posse da terra na referida comunidade, procurando destacar e analisar a preponderância do papel social desempenhado por elas frente às dificuldades enfrentadas, pois considero ter sido de fundamental importância para que a comunidade conquistasse o “sonho de ter a terra”. Procuro através do exercício de descrever a história de vida dessas mulheres, suas formas de participação e organização compreender como suas histórias de vida podem contribuir para a superação da negação do papel preponderante que as mulheres tiveram na conquista da terra.

5.1. O registro histórico da comunidade Vila Vitória

De acordo com o dossiê conflito Boa Esperança de 2006, produzido pela CPT e com os relatos dos atuais moradores da comunidade Vila Vitória, os primeiros indícios para o surgimento da comunidade Vila Vitória ocorreram no ano de 1999, no distrito de Independência no município de Peritoró, o referido está localizado na mesorregião leste do Maranhão. (anexo A)

Segundo o referido dossiê os trabalhadores e trabalhadoras reuniram-se e decidiram juntos com o STTR, recorrem ao INCRA (Instituto Nacional de colonização e reforma Agrária) com o pedido de desapropriação das terras da fazenda Boa Esperança, considerada improdutiva e a princípio de propriedade do então deputado João Castelo.

De acordo com os relatos dos trabalhadores é relevante mencionar, um fato um tanto suspeito que deu-se antes da pretendida viagem dos trabalhadores até o INCRA. Eles foram procurados por aliados políticos do então proprietário da fazenda Boa Esperança, para que os mesmos não entrassem com o pedido de desapropriação da fazenda, pois eles lhes garantiriam que não haveria mais o pagamento de renda, e, que a terra seria deles.

Após a proposta feita pelos aliados do latifundiário, os trabalhadores e trabalhadoras desistiram da viagem até a capital São Luís para requererem o pedido de desapropriação da

terra. Acreditando que a partir de então estariam garantidos de trabalharem tranquilos nas terras, os trabalhadores e trabalhadoras acalmaram-se e permaneceram nas terras trabalhando.

Em 2000, ano de eleições João Castelo é eleito deputado novamente e é no Distrito de Independência um dos deputados mais bem votados. A tensão que havia entre os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade Vila Vitória e o proprietário da fazenda Boa Esperança, aparentemente desfez-se, mais não seria o fim do conflito, pois, dois anos depois ele acirraria novamente, como aponta o dossiê:

Em maio de 2002, os camponeses são intimados judicialmente. Drº Marco Antônio Neto juiz da comarca de Coroatá, o mesmo comunica aos camponeses que eles tem que se retirarem da área, mas eles continuam a trabalhar na área.(CPT, 2006 p.5)

Os ânimos se alteram novamente entre os trabalhadores/as e o proprietário das terras da fazenda Boa Esperança porque os trabalhadores não acataram as ordens judiciais o proprietário da fazenda, o então deputado federal João Castelo, aciona novamente a justiça e consegue expedir o interdito Proibitório, estabelecendo que:

Em junho de 2002, alguns camponeses e lideranças sindicais recebem um interdito proibitório. estabelecendo a pena de mil reais diários aos camponeses e lideranças sindicais, que passarem ou entrarem na área. Neste mesmo mês o prefeito, os vereadores do município e vice presidente do STTR preparam uma articulação para tirarem os agricultores da área (documento ao INCRA). (CPT,2006, p.5)

Os trabalhadores não tinham como pagar a quantia estabelecida pela ação judicial, pois, os mesmos viviam do que colhiam da terra e seria impossível obter a quantia estabelecida. Ainda segundo essa mesma ação judicial, os trabalhadores e trabalhadoras tinham somente até o dia vinte de Setembro do ano em curso para se retirarem das terras, nesse período perderam-se mais de 750 mil quilos de mandioca, a produção inteira daquele ano. Diante das circunstancias desfavoráveis os trabalhadores e trabalhadoras decidem procurar a CPT para ajuda-los no processo de desapropriação das terras da fazenda Boa Esperança, pois, não tinham a quem recorrer, visto que, a justiça estava aparentemente à favor do latifundiário.

O conflito ganha notoriedade no município de Peritoró, as pessoas solidarizam-se com os trabalhadores, assim como o Bispo da diocese de Coroatá, naquele período, Dom Reinaldo Pínder faz uma visita no local onde declarou seu apoio a luta dos mesmos. O ano de 2003 foi o período que o conflito se acirra, as noticias chegam a mídia e as instituições de apoio se juntam aos trabalhadores e iniciam as manifestações que saiam do Distrito de

Independência até o município de Peritoró. O proprietário na tentativa de barrar o conflito aciona o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o órgão federal alega que as terras da fazenda são reserva florestal, no entanto a tentativa foi sem sucesso e ele usa de outras estratégias apresentando um documento de venda das terras da fazenda feita por comprador do estado de Pernambuco, assim, o novo comprador inicia a perseguição aos trabalhadores,

2003 visita pastoral de Dom Reinaldo reuni com os lavradores, a CPT emite varias notas nos jornais sobre a situação dos agricultores, alguns meses depois os agricultores, CPT, STTR, FETAEMA e o PT realizam manifestações de Peritoró a Independência, denunciando a violência que vinham sofrendo: a TV Mirante e Jornal pequeno cobrem as manifestações, neste mesmo ano é feita uma vistoria mas, o IBAMA, diz que área não pode ser desapropriada porque é reserva florestal, só que a reserva foi averbada. Só depois de acirrado o conflito, estratégia de latifúndio, neste mesmo mês o deputado diz ter vendido a fazenda para Sergio Miranda prefeito de Panelas-PE. No mês de setembro, o então laranja envia 20 jagunços e muitos policiais para agredir e ameaçar os camponeses estes ficam na fazenda. (CPT, 2006, p.5)

A partir do ano de 2004, os trabalhadores foram obrigados a tomar uma atitude mais enérgica, foram mais de 90 famílias que acamparam as margens da rodovia federal 135, na tentativa de conseguir as terras para trabalharem e sobreviverem com seus filhos, pois, viviam no distrito de independência em condições precárias, trabalhando em terras de latifúndio sofrendo ameaças. (Anexo B) Foram aproximadamente dez meses de acampamento segundo os relatos dos trabalhadores/as, muitos foram os desafios para que eles se mantivessem firmes na luta, a fome, ameaças constantes de morte, opressão policial, precariedade dos barracos, preconceito sofridos por mulheres e crianças, tanto que muitas crianças evadiram da escola, e as mulheres viviam a mercê dos jagunços que as assediavam sexualmente, enquanto seus maridos e filhos recebiam mandados de prisão:

Fevereiro de 2004, 90 famílias de agricultores acampam as margens da BR 135, ameaças que eram diárias agora passam a ser diuturnamente, tiros, ameaças, fome, medo, discriminação etc. Nestes 10 meses que ficaram acampados, foram agredidos por muitos, pela policia, políticos e inclusive pelas pessoas que residiam na cidade. Os jovens e crianças eram discriminados na escola e alguns até perderam o ano porque desistiram, outros porque estavam na lista de mandado de prisão. (CPT, 2006, p.5)

No entanto, mesmo diante do cansaço e esgotados físico e psicológico os trabalhadores permaneciam as margens da BR 135 resistindo a todas as adversidades. Cabe

salientar que além das instituições mencionadas, igrejas e parte da sociedade ajudavam doando alimentos, roupas e etc., pois, a sobrevivência no acampamento era precária, faltava o essencial como a água e alimento. Os trabalhadores/as também se apegavam as suas crenças religiosas para não “esmorecerem” na luta.

Quanto ao destaque relacionado à participação das mulheres o dossiê enfatiza que estas tiveram um papel essencial, pois, jamais desistiram da luta,

“as mulheres foram nossas grandes companheiras, ajudavam a afogar a depressão. Elas se revelaram, elas descobriram lá que podiam reivindicar, elas mostraram força e poder”. (CPT, 2006, p.5).

Nos meses que se seguem o conflito se acirra cada vez mais, e os trabalhadores decidem derrubar a cerca que os oprimia. Com o conflito cada vez mais violento houve nesse período dois homicídios, as vítimas eram empregados da fazenda Boa Esperança, na ocasião os acusados foram os três trabalhadores acampados mas os mesmos alegaram que não eram culpados, no entanto, o proprietário faz a denúncia e a polícia faz cumprir os mandados de prisão,

13 de novembro, quase cem policiais cumprem o mandado de prisão e 03 lavradores são levados presos: Nenê, Xirimba e Dada foram acusados do homicídio de Chicão (pistoleiro do fazendeiro), e posteriormente de Bebeto caseiro da fazenda. (CPT, 2006, p.6)

O conflito se arrastava sem nenhuma resolução, o judiciário na lentidão burocrática não apontava soluções, e os ânimos cada vez mais se alteravam entre latifúndio e trabalhadores. Diante dos impasses o INCRA, o STTR, e a FETAEMA e as associações optam por comprar a terra,

No dia 29 de novembro em São Luís, no INCRA, FETAEMA, STTR, Associação de Criadores e Lavradores acordam a compra da área com o fazendeiro, via crédito fundiário, por Novecentos mil reais e uma área de 1.200 hectares para 60 famílias e no dia 09 de dezembro mudam-se para a área. (CPT, 2006, p.6)

Nesse caso, uma vitória para os trabalhadores/as pois obtiveram o direito a trabalhar na terra que lutaram anos para conseguir. Porém mesmo tendo angariado a vitória continuavam a luta pela liberdade de seus companheiros que já estavam presos cerca de 7 meses, sendo acompanhados pelo advogado da FETAEMA. O processo prosseguia e as famílias dos presos passavam por necessidades, as mulheres da comunidade propuseram fazer protestos, para conseguir a liberdade de seus companheiros.

A ação das mulheres da comunidade foi o ponto de partida para que a CPT conseguisse uma audiência em Brasília junto ao ministro da Justiça, com a presença da esposa de um dos presos, entrevendo nessa audiência a possibilidade de liberdade de seus companheiros de luta. A tentativa foi um sucesso, pois, os presos ganharam a liberdade e trouxeram de volta a paz a seus familiares e companheiras,

No dia 24 de julho de 2005, liberdade aos presos não conseguiram provar nada contra os trabalhadores, mas mesmo assim, passaram 07 meses presos, naquele dia isto foi esquecido e a chegada dos três foi um conflito de reações, choro, risos, desmaio, gritos, agradecimentos, difícil acreditar, que apreço tão esperada era atendida, uma grande surpresa para todos, nos estávamos lá, também o STTR junto com os lavradores. De Independência todos ouviam os fogos, a realização da prece foi creditada a nossa Senhora de Aparecida, e a ela será construída uma capela. (CPT, 2006, p.6)

O conflito da fazenda Boa Esperança foi violento, e, arrisco a mencionar que ele foi sangrento, pois, houve morte dos envolvidos. O fim dessa empreitada de luta entre latifúndio e trabalhadores/as representa um fato quase inédito na história da luta pela terra, pois os trabalhadores/as foram os vitoriosos dessa luta, um dos fatos inédito não somente no Estado do Maranhão, mais de todo o Brasil. Os registros dessas lutas apontam que entre latifúndio e trabalhadores/as, o primeiro, quase sempre, sai vitorioso, pois, comumente tem aliados nas estruturas de poder, como políticos de renome e por vezes até o judiciário, como se percebeu no decorrer do histórico do conflito apresentado. No entanto, o segundo, contavam apenas com um pequeno número de aliados por parte da sociedade do lugar e de seu entorno, na luta por igualdade, e estes nem sempre eram ouvidos. Diferente de outras realidades de conflitos que ocorreram e ainda ocorrem às dificuldades enfrentadas não os desanimou da luta, mantiveram-se unidos e a esperança de uma realidade mais justa continuou a configurar como principal arma de creditação de que a terra não deveria ser um bem apenas de uma minoria, mas um direito de todos.

As veracidades dos fatos ocorridos se confirmaram no testemunho das mulheres ouvidas na pesquisa. (apêndice A).

No dia 14 de outubro de 2017 por volta das 10 horas e 30 minutos da manhã entrevistei a senhora Maria Eva Martins dos Santos, trabalhadora rural, que reside na comunidade Vila Vitória, município de Peritoró.

Inicialmente, antes da entrevista, repassei o roteiro de perguntas à entrevistada para deixá-la familiarizada com as perguntas e, caso fosse necessário, esclarecer possíveis dúvidas. Após um breve esclarecimento iniciamos. Cabe mencionar que a senhora Maria Eva Martins

dos Santos demonstrava está ansiosa, talvez o motivo fosse à presença de seu esposo. Perguntei se poderíamos ir para um lugar mais tranquilo, ela disse que poderíamos ir a seu quintal, onde ao chegarmos seu esposo se encontrava deitado numa rede, pois estava convalescendo.

A principio pensei que ela fosse pedir que ele saísse, mas ela não pediu e não caberia a mim pedir que ele se retirasse, mas ele, o esposo, disse que era para não nos incomodar com sua presença, pois ele não iria atrapalhar. Confesso que fiquei apreensiva pelo fato de que talvez ela não fosse ficar à vontade para conversarmos, no entanto mesmo com a presença do esposo, perguntei se poderia iniciar, a mesma respondeu que sim. E por volta das 10h30min da manhã iniciamos.

Na primeira questão a entrevistada relatou que na infância sofreu muitas privações junto com sua família, pois, eram economicamente desfavorecidos e para sobreviver à família toda tinha que trabalhar, inclusive as crianças, fatores que a conduziu a um casamento precoce:

“Minha infância todinha foi sofrida, porque eu sempre trabaiei de roça desde dos meus doze (12) anos de idade que eu trabaio mais minha mãe e meu pai trabalhando de roça e quebrando coco, para mim foi sofrida porque uma criança que nunca foi menina para brincar e assistir desenho minha vida era quebrando coco e trabalhano com eles na roça, logo me casei arrumei marido tinha catoze anos de idade quando me casei, e sempre nessa luta trabaiano de roça e quebrano coco.”

Percebe-se que nessa condição a entrevistada não vislumbrava perspectiva de vida digna, nesse caso, o melhor para ela seria casar-se e constituir família mesmo que ainda fosse uma criança, confirmando o que MOURA (1988) menciona sobre as dificuldades vivenciadas pelos camponeses para sobreviver, que incluem, inclusive, interminável embate com os latifundiários, colaborando para uma perspectiva de vida inferior, ou seja, são eles indivíduos marginais predestinados a viver na penúria das dificuldades da vida no campo. As péssimas condições as quais as mulheres eram submetidas, com a ausência de praticamente todas as políticas sociais básicas, faziam com que as camponesas não tivessem qualquer tipo de expectativa de vida, fora o casamento.

Quanto às percepções a respeito das diferenças de tratamento entre meninos e meninas na infância, a entrevistada menciona que não havia distinção, ambos eram tratados igualmente e trabalhavam juntos para ajudar no sustento da casa:

“Não, minha mãe sempre criou nós do mesmo jeito que ela cuidava dos menino home ela cuidou das menina mulher, trabalhava tudo junto eu mais minha irmã ia pra parte do coco, e meu pai mais e os meus quatro irmãos

iam para roça capinar e as mulher iam pro coco para comprar os alimentos da semana pra comer, mais os menino também quebravam coco.”

A vida no campo é enfadonha e exige que todos trabalhem conjuntamente para garantir o sustento da família. No entanto, ainda assim, a mulher possui uma carga maior de responsabilidade, confirmando o que GIULANI (2007) infere sobre não haver distinção entre o trabalho realizado em casa e o trabalho agrícola, especialmente para as mulheres rurais, pois não existe separação entre o trabalho em casa do trabalho desenvolvido nos roçados da família, ou seja, quando todos chegam dos roçados os homens descansam e as mulheres que também trabalham o dia todo, iram dar conta da casa e dos filhos, uma divisão desigual do trabalho que afeta diretamente as mulheres rurais, mesmo hoje, com tantas informações e capacitações elas ainda são sobrecarregadas por tripla jornada de trabalho.

A respeito de quando e como a entrevistada começou a participar da organização da comunidade a entrevistada relata que a motivação foi quando os trabalhadores/as decidiram acampar na frente da fazenda Boa Esperança:

“Eu comecei participar, quando alguns companheiras e companheiros daqui foram ficar de frente para fazenda, nos num invadimos nos ficamos de frente a fazenda foram mais o meno umas quatro familia primeiro, quando tava com três dia que essas quatro família eu fui com meus três filhos para lá, nessa época eu só tinha três filhos e eu fui pra lá eu mais meu marido e meus filho o ano era 2004 se eu num to enganada.”

Percebeu-se a parti do relato, que a luta dos companheiros/as pela terra para trabalhar e garantir o sustento de suas famílias foi a principal motivação para que a entrevistada aderisse ao movimento, ela e sua família saem em busca do sonho de ter sua parcela de terra para trabalhar, mesmo sabendo que iriam passar por inúmeras privações. Tanto a atitude dela e de suas companheiras que optam pelo acampamento demonstra o quanto as mulheres do campo são destemidas e articuladas desconstruindo a ideia que se notabilizou na história de que as mulheres do campo são frágeis e não tem consciência de seus direitos. A esse respeito, GIULANI (2007) menciona que os estudos feitos a parti dos relatos de mulheres militantes no campo, demostram que essas opiniões não correspondem a realidade das mulheres trabalhadoras rurais, pois, elas estão se empoderando a medida que lutam por seus direitos.

Com relação ao inicio dos conflitos a entrevistada aponta que o impedimento de colheita dos alimentos cultivados pelos trabalhadores foi o principal desencadeador do

conflito, pois proibidos de colher seus alimentos os trabalhadores/as optam pelo acampamento dando início a luta pela terra:

“Por que os donos proibiram de nos entrar na terra, meu pai tinha roça e linha de mandioca aí eles proibiram tomaram as roças do meu pai, os plantio que tavam dentro da terra proibiram da gente entrar e muita gente perdeu seus plantio seu ligume que tinham lá dentro, entossse foi caso de nos sair acampar de frente a fazenda para poder conseguir nossas coisas de volta que eles tinha tomado nos num tinha mais acesso as roças, eles proibiram tudo num deixaram ninguém entrar dentro da terra, aí entossse o povo se ajuntaram e foram acampar enfrente a fazenda para recuperar as roças e conseguir um pedaço de terra para trabalhar porque nos num tinha terra para trabaiaar.”

O que se percebe de acordo com o relato é que a ausência de uma reforma agrária concreta tem conduzido aos inúmeros conflitos de terra que se desencadeiam, especialmente pelas situações extremas como a relatada acima, envolvendo duas classes antagônicas, que são os trabalhadores/as rurais e grandes latifúndios. A maioria dos conflitos termina tragicamente com mortes de ambas as partes, pois, nem sempre há mediação e entendimento entre os envolvidos.

Cabe ressaltar que em grande parte desses conflitos os trabalhadores/as rurais são os mais prejudicados, não conseguindo que as terras sejam desapropriadas, pois, os proprietários possuem grande aparato no judiciário. Essa realidade não esta isolada na história, possui raízes bem mais profundas e segundo FISCHER (2012, p. 73) surge junto com a primeira lei de terras 1850, que favorece o latifúndio no Brasil e em especial no Maranhão.

Quanto às dificuldades vivenciadas durante os conflitos a entrevistada relata que foram muitas e no tempo que ficaram acampados/as a situação era degradante,

“Nos nove meses que passamos acampados, passamos sede, fome, noites mal dormidas com nossos filhos em barracos pequenos aguentando temporal de chuva, que destruíam os barracos e nos ficava no relento com as crianças, eu chorava vendo meus filhos molhados e a situação não era ruim só para mim mais para nos todos que tava lá com seus filhos, uma situação que ate hoje choro quando me lembro.”

A estadia nos acampamentos é extremamente difícil, escassez de alimentos, água, remédios e etc. os acampados/as vivem precariamente, situação que afeta mais diretamente as mulheres e as crianças, as primeiras vivem um duplo sofrimento, por que para além de todas as privações, segundo GIULANE (2007) durante o período de mobilizações nos

acampamentos, elas têm que se manterem firmes para resistir às múltiplas violências vindas de policiais, proprietários e especuladores, e, ainda sofrem mais vendo seus filhos passarem junto com elas tantas carências.

Tal situação requer dessas mulheres muito controle emocional para resistir a tanta pressão, pois, elas vivem constantemente desoladas por não conseguirem oferecer a seus filhos condições melhores de vida. Com relação as crianças, elas são vitimas do sistema injusto, pois não são tomadas como prioridade. Porém, mesmo vivenciando esses níveis de dificuldades, percebe-se que essas mulheres não desistem e permanecem acreditando que era possível, através da resistência e da luta alcançar vida digna.

Sobre as formas de represália a entrevistada menciona que, durante o conflito sofreram muitas ameaças e que as mulheres eram os principais alvos, pois elas ficavam sozinhas no acampamento enquanto os homens trabalhavam nos roçados:

“Sim, nos acampado de frente tinha aqui era cerca e lá mais la final tinha uma casa onde ficava uns home, ai eles ficavam dizeno coisas cum nos passava ameaçano agente, eles passava com arma na cintura, esculhanbava nos fazendo gesto de que ia comer nos as mulher, e eu como era medrosa abaixava a vista para não ver, muitas vezes só tinha mulher, porque os homem tinham que sair para trabaia na juquirá perto de outras fazendas e nos as mulhé ficava sozinha a frente da luta, teve vez que eles atiravam para rumo de lá e gritavam e a gente ficava com bastante medo e curria para outras quintas para se esconder, eu meus três menino e corria para o outro lado da pista, e numa dessa vezes correndo do tirroiteio um menino escapulio e caiu no meio da pista e vinha um carro eu soltei o meu outro menino no mato e corri para pegar o que tinha caído, na hora que eu puxei o carro passou, eu quase ia perdendo meu filho, muito sofrimento nos passamos.”

Percebeu-se a partir da ênfase da relatora, que as mulheres foram as principais vítimas da violência dos “empregados” do proprietário da fazenda, eles aproveitavam-se da ausência dos homens para intimidar e assedia-las sexualmente, nesse caso seria fácil amedronta-las e expulsa-las. A ideia que se constituiu a respeito das mulheres é que elas são indivíduos frágeis, inofensivos, ou seja, vulneráveis, motivação pela qual os agressores pensavam que as ameaçando, conseqüentemente elas se intimidariam e fugiriam, mas a história demonstrou que tal pensamento foi equivocado, pois, quando estão envolvidas na luta as mulheres rurais se mostram cada vez mais fortes e resistentes, sem necessariamente fazer uso da força contra os agressores. Estrategicamente “aparentam” estarem amedrontadas e não reagem de imediato esperam o momento oportuno para agir, enfrentando as diversas formas de violência para poder conseguir seu pedaço de chão.

A respeito da violência sofrida pelas mulheres rurais nos conflitos de terra, esse não é um fenômeno que acontece unicamente no Maranhão, SILVA (2016) menciona que a luta posseira no Estado do Pará é violenta e que as mulheres envolvidas no conflito também são o principal alvo da violência promovida pelos fazendeiros.

Com relação ao efetivo de pessoas que foram presas durante o conflito, a entrevistada menciona que três dos acampados foram presos acusados de matar empregados da fazenda:

“Sim três dos nossos cumpaeiros foram presos e passaram sete meses preso, eu não me recordo direito, mas foi por que aconteceu um causo lá, e eles acusaram os nossos de ter matado eles lá, mas não tínhamos arma o que nos tinha eram pedaços de pau, eles viram uns torno que agente usava para fazer lugar para crianças menores sentar e ficaram dizendo que aqueles pedaço de pau eram arma.”

A partir do relato percebe-se que o conflito foi violento ocasionando a morte de empregados da fazenda e a acusação incidiu sobre os trabalhadores/as acampados. Acusação sem provas segundo a entrevistada, pois, veemente ela afirmou que os trabalhadores/ as não possuíam armas de fogo, porém mesmo sem provas concretas os trabalhadores acusados passaram mais de sete meses presos. Uma realidade que pode confirmar o quanto o sistema judiciário é falho, pois segundo os trabalhadores/as acolheu denúncias inconsistentes do proprietário descartando o testemunho dos trabalhadores/as. Uma situação que confirma o que AZAR (2011) aponta como favorecimento dos poderosos, pois, o judiciário vem ao longo dos anos instituindo leis que priorizam os direitos dos latifúndios.

A respeito dos procedimentos adotados pela polícia durante o conflito na comunidade, segundo o relato da entrevistada, foi uma ação coercitiva violenta, sem respeito nenhum pelos trabalhadores (as) os agredindo fisicamente:

“A polícia agiu contra nos nunca teve do nosso lado, uma noite eles chegaram lá agredindo o povo da comunidade, inclusive minha irmã eles entortaram o braço dela, e ela chorando pedindo para eles não fazerem nada com ela puxando ela, eles agrediram outro companheiro nosso e agente pedindo para eles não fazerem isso e eles em cima, eu cheguei na hora e minha mãe pediu pra mim sair porque eu tava com meu menino, e os policial me perguntando cadê teu marido e eu disse que num tinha e ele dizeno que eu tava mintino, até que eles deixaram eu ir embora, era tanta polícia mais nenhum deles tava a nosso favor.”

De acordo com relato, pode-se entrever que a ação policial foi extremamente incoerente e abusiva, desrespeitando, inclusive, a constituinte que lhes garante inúmeros direitos, sendo um deles é a proteção física pelos órgãos de defesa. O fato demonstra que essa

prerrogativa esta apenas no papel, pois no intuito de conter os ânimos durante os conflitos, o poder judiciário envia o aparato policial para manter a “ordem” e no uso de suas atribuições legais eles agridem e ameaçam apenas uma das partes envolvidas, que são os trabalhadores/as. Segundo MOURA (1981), situações como essa é que fortalecem a resistência dos camponeses, que por vezes conseguem apenas se tornar empregados dos poderosos, nesse caso eles lutam pela derrubada das cercas, para terem acesso as terras na condição de arrendatário.

A respeito de quem colaborou com a comunidade nos momentos de conflito, a relatora menciona que:

“Sim, teve o Sindicato do Trabalhador Rural, FETAEMA, o pessoal da igreja, o governo do estado mandano sexta básica, porque agente passou muita fome mais quando viero a sexta básica miorou pra nos, a CPT também ajudou muito, teve outras pessoas que ajudaram mais como faz mais de treze anos agente se esquece.”

O suporte oferecido pelas instituições mencionadas aos trabalhadores, de acordo com o relato foi determinante, vindo das comunidades circundantes e das instituições religiosas.

As instituições mencionadas estão na luta junto com trabalhadores/as rurais, antes mesmo de haver os primeiros debates para os primeiros planos de reforma agrária no Brasil, ALMEIDA (1981) menciona a importância da CPT, que desde sua criação em meados da década de 1970, desenvolve trabalho relevante, mapeando conflitos e orientando sindicatos de trabalhadores (as) rurais. MOURA (1981) infere que a ação conjunta entre os trabalhadores e sindicalistas tem em comum a luta pela terra. Nesse caso, pode-se inferir que o processo de luta pela terra envolve todo um conjunto de indivíduos que tem o mesmo objetivo, lutar por uma sociedade equitativa em que todos tenham direitos iguais.

Sobre a participação em grupos ou encontros que tenham colaborado na formação de mulher liderança, a entrevistada menciona que não, mas outras mulheres do movimento participavam e repassavam para as outras o conhecimento que recebiam:

“Eu mesma não participei, mais muito das companheira de luta participaram, eu não podia ir mesmo, mais quando elas chegava repassava como tinha sido, foram para a marcha das margaridas.”

O que se entende a partir do relato é que mesmo não saindo do acampamento para buscar conhecimento, as demais mulheres que ficavam somente nos acampamentos não ficavam “desorientadas”, elas recebiam das companheiras que participavam basicamente o

mesmo suporte, pois, a responsabilidade de quem participa dos encontros é de transmitir para aquelas que não puderam comparecer.

O poder de articulação das mulheres trabalhadoras rurais pela condição em que vivem, não são alfabetizadas, os maridos e companheiros por vezes não aceitam que elas saiam dos assentamentos, se filiem ao sindicato e etc., pode, de certa forma, ser mais lento, mas não as impediu de se organizar. Com o apoio vindo das instituições religiosas, entre elas a CPT, promovendo rodas de conversas e grupos de estudos com temáticas variadas, com o objetivo de promover reflexões sobre a condição das mulheres no campo.

A esse respeito, GIULANE (2007) infere que as formas de mobilizações das mulheres rurais não se formam unicamente na prática sindical, mas também dos debates promovidos pelas pastorais e grupos laicos que se articulam a partir das mobilizações de resistência dos trabalhadores/as expulsos das fazendas.

O que se pode afirmar a partir da observação da realidade das mulheres do campo é que o engajamento em grupos vinculados a igreja Católica (onde em geral as mulheres tem licença para participar) não tem haver apenas com a questão da devoção religiosa, mas também com a oportunidade de estar em grupos que discutem o contexto social do lugar, colaborando para a formação de um consciência crítica da mulher.

Sobre as percepções com relação à participação e engajamento das mulheres nas lutas sociais o reforço é:

“Eu percebi a participação das mulheres muito positiva, porque nos fomos muito guerreira mermo lutadora, e a maior conquista foi essa de nos te vindo para cá lutemos e ate hoje estamos lutado por que a terra ainda num foi totalmente desapropriada né e lutado ainda pelo titulo da terra, mas conquistamos o pedaço de terra e já temo nossa casinha pra mim é boa, antes eu vivia de casa alugada, morava uma semana numa e um mês ni outra, agora não aqui é meu pedaço que nos tanto queria, aqui nos tem nossa horta no quintal nos tem nossa roça de onde gente planta para comer.”

De acordo com o relato da entrevistada percebe-se que a participação das mulheres como algo positivo, pois conseguiram superar alguns obstáculos, como acesso a terra. Um processo, que segundo a mesma, não se findou, pois, eles ainda aguardam a desapropriação de uma parcela da terra. A conquista da parcela de terra tão sonhada traz para as famílias rurais a oportunidade de viver dignamente, nesse sentido se entende o porquê da resistência na luta.

GIULANE (2007) menciona que na última década do século XX, elas lutaram pelo direito de não serem mais consideradas donas de casa e sim trabalhadoras rurais, e, isso foi

resultado de uma profunda reflexão, elas perceberam que necessitavam ser reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem e não como dependentes.

No processo de luta todos os envolvidos sofrem, no entanto é notório o duplo sofrimento das mulheres, pois, além das dificuldades enfrentadas não são reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem durante o processo de luta, muitas vezes elas nem são lembradas pela história. E nesta perspectiva que POLLAK (1989) aponta a relevância da história oral pois, através dela é possível resgatar e priorizar a participação dos excluídos, no caso específico as mulheres trabalhadoras rurais, que mesmo tendo participado do conflito e contribuído para a conquista da terra, minimizaram a participação delas nos registros oficiais.

Porém mesmo não sendo reconhecidas, as mulheres rurais não se calaram e deram demonstração de força e coragem ao conquistar espaços, antes reservados aos homens, conquistando, também, o direito de serem trabalhadoras rurais e não “ajudantes” dos maridos.

No dia 21 de outubro de 2017 por volta das 8:00 horas da manhã entrevistei a senhora Marlúcia Miranda Xavier, trabalhadora rural, residente na comunidade Vila Vitoria, município de Peritoró. Na ocasião, os protocolos iniciais foram os mesmos da primeira entrevistada.

Cabe mencionar que durante a entrevista a senhora Marlúcia não demonstrou nenhum tipo de inquietude, estava tranquila. Perguntei se poderia iniciar e a mesma respondeu que sim. E por volta das 08h30 minutos iniciamos com base no roteiro de questões em anexo.

Na primeira pergunta a entrevistada me relatou que durante sua infância havia perdido o pai, aos dez anos, ficando com a mãe e os irmãos, tendo que trabalhar para sustentar a família.

“A gente era pobre quebrando coco trabalhando na roça, meu pai morreu deixou uma roça pra mim, para a gente colher essa roça eu mais meus irmãos foi teve um pouco de sacrificio mais a gente colheu, a gente ia pra roça eu mais meus irmãos maiorzinho ai colhemos o arroz botemos em casa minha mãe ficou até grávida quando meu pai morreu e não podia trabalhar porque tava grávida, mais eu fiquei mais meus irmãos a gente conseguiu botar o arroz dentro de casa pra gente comer eu mais meus irmãos.”

Um testemunho que corrobora com o que FISCHER (2012) chama atenção com relação ao que se imagina como jornada cotidiana da mulher no campo, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica subsumido no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe/esposa/dona-de-casa. A jornada de trabalho da mulher rural inclui, para além do cuidado das crianças, dos doentes, dos idosos, o

apoio psicológico para manter a família unida, o abastecimento d'água, os cuidados com a roça, a pesca e atividades que geram renda extra, como a quebra do coco, como já citado.

Com relação às diferenças entre os papéis destinados a homens e mulheres na comunidade a entrevistada ressaltou que:

“Não, todo mundo trabalhava de um jeito só, é aquele negocio porque serviço do interior do pobre é a roça e o coco, pescar um peixe para comer e ai tudo a gente fazia e a gente achava muito bom quando aparecia uma pescaria que a gente pegava os coufinhos para pegar o peixe para levar para casa e comer.”

De acordo com o testemunho da entrevistada, pode-se perceber que a mesma não percebia ou não compreendia que sua jornada de trabalho é exorbitante e bem maior que a dos homens e, também, que cuidar da casa, dos filhos não é obrigação somente dela ou melhor, das mulheres. No entanto, cabe ressaltar que as mulheres possuem ainda esses pensamentos pelo fato deste ter sido, ao longo dos anos, “doutrinado” à elas pela sociedade patriarcal⁴. Nesse caso, para as mulheres ajudarem no sustento da família e ainda cuidar dos filhos e da casa não é considerado uma forma de exploração, sobretudo no campo, onde as relações sociais são intrinsicamente interligadas, vida econômica e familiar. A esse respeito MOURA, (1988) afirma que “no campesinato é impossível separar a prática econômica da familiar”. Pois, se homens e mulheres trabalham igualmente é em prol do bem comum de todos, nesse caso, para as mulheres do campo o trabalho extra com a casa e com os filhos é intrínseco delas, assim como tomar banho e almoçar, uma realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras do campo desta comunidade. Ressalto que, o percurso para que as mulheres comessem a compreender que sua jornada de trabalho era demasiada e que precisavam modificar as relações sociais no campo foi uma longa jornada que esta diretamente conectada a militância em movimentos sociais e na Igreja.

Ao falar sobre como e quando começou a sua participação na organização da comunidade, relatou que:

“Foi pelas reuniões que a gente fazia, a gente se reunia nas reuniões e planejava como era que a gente ia fazer como seria melhor para gente fazer, ai aquele momento que a gente achou que era o melhor foi quando chegou o momento da gente acampar na beira da estrada a gente não entrou pra dentro do terreno aiei, a gente ficou pelo lado de fora né, a gente não entrou nenhum passo nenhum meio ficamos pelo lado de fora a cerca pra dentro e

⁴ Castells (1942) o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar.

nos pra fora, ai a gente se organizou fizemos barraquinhos e se acampamos lá e o dono das terra de perto dali era o João Castelo.”

Percebeu-se a partir do relato que as mulheres não iniciaram a luta pela posse da terra desnorteadas, elas passaram por um processo de organização para poderem iniciar a luta. Percebeu-se que eles/as não tinham pretensões de invadir as terras a qualquer custo, mas que pretendiam lutar juridicamente por elas, pois, já haviam observado que elas eram improdutivas, nesse caso poderiam ser doadas a eles, assim, optaram por não invadir e sim acampar nas proximidades e esperar alguma resolução vinda do judiciário. Cabe ressaltar que a atitude das mulheres de articular as reuniões, demonstra que elas dão os primeiros passos para luta. GIULANE (2007) aponta que as mulheres são as primeiras a tomarem a iniciativa de promover e organizar as reuniões. O desejo de ter seu pedaço de terra às motivavam para superar os obstáculos que poderiam se apresentar durante o processo de luta pela terra, uma historia negada nos registros oficiais.

Sobre as origens e motivos que ocasionaram o conflito na comunidade a entrevistada, relata que:

“Os conflitos aconteceu porque assim, a gente não tinha onde trabaiá né entosse se era uma terra que num tinha dono era sem dono quando a gente achou, ai depois que a gente acampou começou aparecer os donos os primeiro foram os pistoleiros né que vieram na frente, o dono a gente nunca viu né mais sempre muito pistoleiro, e ai foi quando começou tudo.”

Ao analisar a resposta, vê-se que os motivos são justificáveis eram todos trabalhadores/as que precisavam de um pedaço de terra para garantir seu sustento e de suas famílias. E um dos direitos sociais dos cidadãos/ãs garantidos pela Constituinte é, entre outras garantias, o trabalho e moradia, contidos no artigo sexto. Outro artigo que poderiam lhes garantir que lutassem pela terra é de que esta era improdutiva, pois como observado pela entrevistada era uma terra sem dono, nesse caso pode-se compreender que esta era improdutiva, pois não estava sendo utilizada para fim algum.

Assim seria de responsabilidade do governo desapropriar-la para fins sociais, como está contido no Artigo 184 da CF, que declara que se um imóvel rural não estiver cumprindo sua função social deverá ser desapropriado para fins de reforma agrária. Porém como apontado pela entrevistada à medida que eles decidem se apropriar da terra, logo em seguida o dono se apresenta dando inicio ao conflito, pois usou de estratégias comuns no Maranhão e em outras partes do mundo, que são expulsar, ameaçar, intimidar, etc.

Quanto às dificuldades vivenciadas durante o período de acampamento, a relatora menciona que foram muitas, das mais degradantes, como ficar sem se alimentar. No entanto

destaca a solidariedade das instituições e da comunidade circundante, como primordiais no processo de luta:

“O primeiro que nos passemos lá foi muita fome, num passemos mais fome agradecemos a CPT, o sindicato e os amigos que a gente tinha né que apoiava que num tava na luta com a gente aqui na independência, mais eles ajudava no que podia com carne, arroz e feijão eles mandavam, quando dava no fim de semana as sacolas chegavam que os amigos da gente mandavam aí a gente dividia com os outros né e tudo cumia, o chico Macário era presidente do sindicato nesse tempo e ajudava bastante levava e arrumava as coisas pa gente comer, a Toinha da CPT também ajudava bastante, o Pedro Marinho também ajudou e tinha mais gente que ajudava era tanta gente que a gente não lembra de tudo.”

De acordo com o que foi relatado, percebeu-se a importância das instituições (STTR e CPT) durante o conflito, orientando os trabalhadores/as que demonstram gratidão por todo o apoio, como expressado pela entrevistada, confirmando o que ALMEIDA (1988) infere sobre o papel da CPT, que desde a sua fundação tem como proposta, para além da assistência jurídica, organizar cursos para os trabalhadores/as rurais com o objetivo de ajudar nas reivindicações, assim como o STTR de Peritoró que apoiou os trabalhadores/as cumprindo sua função social que é a defesa dos direitos dos mesmos, pois de acordo com ALMEIDA (1988) essa parceria entre sindicatos e trabalhadores(as) rurais na luta pela terra antecede a formação dos STTR quando ainda eram Associações de Trabalhadores Agrícolas. Ressalta, também, a solidariedade da comunidade circundante, que foram primordiais, e que se encarregavam de conseguir alimentos, roupas e etc. para ajudar os acampados.

Quando questionada se haviam recebido ou sofrido algum tipo de ameaça vindos do dono ou de representantes do dono da terra a entrevistada relata que sim. Por vezes eles atiravam para assusta-los, e eles/as saíam às pressas correndo. Usavam esconderijo para se protegerem, os “empregados” da fazenda indagavam os acampados para saber quem eram seus líderes a fim de amedronta-los/las, nesse caso, a estratégia ruía, pois, eles (as) os (as) enfrentavam e não se intimidavam facilmente:

“Um dos piores momentos foi na hora das balas, a gente corria que tinha gente que deixavam até os menino, e depois voltava catando os menino. A Pia mesmo uma amiga que eu tenho era tanto menino que um dia ela correu e deixou um, a gente voltou olha era tanta bala que clareava o lugar que a gente tava de tanta bala, mas a gente não se assustava e voltava e pegava os menino, a gente descia assim uma boera e chegava no terreno do outo vizinho que era amigo da gente, ele dizia que a gente precisar entrar naquela boera ali vocês entra e sai dentro do meu terreno, porque as balas vinham de cima e nos corria e pelo lado de dibaxo da boera para proteger as criança, nos levava de três quatro menino sem poder aí entrava dentro da boera e sai la frente e pra lá a gente passava a noite, era menino chorando de fome, era gente chorando, gente doente se tremendo mas a gente corria assim mermo os mior aguentava, mas tinha gente que era fraco que caía as pernas tremia e

a gente juntava e levava porque tinha sempre os mais forte que juntava os mais fraco e a gente num desistiu. Era homes e mulhe juntos correno por de baixo de boeiro durante os tiroteio deixava seu barraco e sai correndo e só voltava no outro dia de manhã mas a graça a Deus que nenhum de nos perdeu sua vida. Nos sofria ameaças direto chegava uns home nuns carrão que a gente não conhecia e chegava dizeno que era para nos sair imediatamente e perguntava quem era presidente e ai ela disse sou eu mermo era a Luzia e ele disse pra ela vocês sabiam que tem que sair daqui? Ai ela disse para ele meu amigo pra nos entrar teve uma briga pra nos sai daqui a briga vai ser maior porque daqui ninguém num sai não, ela foi serio pro caboco que o caboquinho muchou e saiu foi dizer pro outro peladinho mais da frente que era para eles sair, ai a presidente foi lá e mostrou os papel que a gente tinha ai foi que ele baixou o facho, mais ele chegou foi intimidano agente, ele pensou nos vamos chegar lá e intimidar eles que vão vazar todo mundo ai ela disse nos beira da pista nos enfretamo bandido e policia nos corremo de lá porque que nos correr daqui, daqui nos corre não aqui a briga vai ser maior ainda.”

Com relação aos enfrentamentos entre os trabalhadores/as e os “empregados” das fazendas, os primeiros/as lutando pelo direito ao seu pedaço de terra, para sobreviver com suas famílias e os segundos obedecendo a ordens de seus patrões, que lhes deixavam ordens expressas para não permitirem que ninguém se aproximasse de suas terras, intimidando através do uso de armas de fogo. Cabe mencionar que segundo ALMEIDA (1981) essa problemática perpassa o tempo, no Maranhão, ela tem antecedentes gravíssimos com mortes de ambos os lados, entre os anos 1975 a 1979 eles foram constantes em quase todas as regiões com a morte de trabalhadores/as, sindicalistas, grileiros, pistoleiros e encarregados das fazendas.

Sobre a ação da polícia durante o conflito a entrevistada afirma que os policiais os coagiam, entrando em seus barracos e apontando as arma para eles perguntavam onde estavam às armas, e, por vezes agrediram os trabalhadores/as:

“Eles chegavam pela frente mais ou menos umas 15 (quinze) a 16 (dezesseis) viaturas a gente não tava na frente nessa hora a gente percebeu que num era normal porque a gente viu aquele claro né, nos tava nos nosso girauzinho, feitos de talinho para lavar as louças, quando a gente viu aquele negocio e nos num sabia o que era um negocio preto correndo pro nosso lado quando percebeu que era policia mermo ai tinha uns menino que tavam caçando e outros tavam em casa, ai percebemo que era a policia mermo nos ribemo a cara eles já tavam grosando a arma na cara da gente né, mandono a gente botar as arma pra fora e perguntando cadê as armas que vocês tem nos tamo sabendo que vocês tem arma. Eu falei as armas que nos tem aqui é os nosso machado de quebrar coco e nossas faquinhas de tratar nossas piabas quando a gente pega, nos num tem arma aqui não, aconteceu nos outro barracos do mesmo jeito queriam porque queriam arma mais ninguém tinha, comprar com o que essa arma? Ai eles agrediram quase quebra o braço do Ramiro foi obrigado a gente ir lá pedir para eles não quebrarem o braço do menino, ai eles mandano agente fastar e nos encima deles e dizendo para

eles vocês num vão quebrar o braço do menino eles continuaram agredindo o menino e ele chorando eles trocando o braço do menino até que derrubou o menino no chão.”

O relato ilustra uma ação coercitiva com antecedentes que pode revelar vestígios de um sistema político antidemocrático, que acusa sem provas e agride os indivíduos sem ouvir seus argumentos. Percebe-se nesse caso, que a Ditadura Militar tornou-se obsoleta, mas seus métodos ainda estão sendo utilizados, mesmo na atualidade para coagir os indivíduos. Casos semelhantes de ações coercitivas e punitivas comandadas pela polícia junto aos trabalhadores/as se deram no Brasil inteiro em tempos cronológicos distintos, mas com a mesma intensidade. Antes mesmo da Ditadura Militar se instalar aqui no Maranhão eles foram violentos. Segundo Almeida (1981) o poder público no uso de atribuições legais reprimiu violentamente vários trabalhadores/as rurais em várias regiões do Maranhão, embates que em ambos os lados os indivíduos perderam a vida.

Com relação ao número de prisões envolvendo os trabalhadores/as ou outros parceiros envolvidos no conflito a entrevistada relata que sim, dois dos trabalhadores que estavam acampados foram acusados de assassinar dois dos empregados da fazenda Boa Esperança, e, afirmou com veemência, que os trabalhadores eram inocentes e que eles foram vítimas de uma trama arquitetada pelos empregados da fazenda, porém como não houve fatos comprovando as acusações eles foram libertados com a ajuda das instituições:

“Sim, os bichos se mataram entre eles lá e acusaram os meninos, quem foi acusado foi o Dadá que era o marido da presidente, outro rapaz que morava na independência, e o pai da minha nora foi preso também e para tirar eles de lá foi através da CPT, sindicato e da FETAEMA colocaram os advogados e tiraram eles de lá, te digo a gente pagar uma coisa que num deve, a gente soube que eles estavam bebendo entre eles si mataram para lá e acusaram os meninos, eles não tinham prova que tinha sido os meninos porque nos não tinha arma, as armas que nos tinha era só os machados de quebrar coco.”

Nesse sentido CANEDO (1993) enfatiza que, em situações em que envolvem pessoas simples, que dispõem de pouca informação, logo se apresenta um elenco diversificado de oficiais, políticos e policiais para fazer a lei do mais forte prevalecer, nesse caso, o latifúndio, ou seja, os proprietários estão à frente dos trabalhadores/as, pois os primeiros tem a seu favor todo aparato policial e judiciário e os segundos, contam, segundo eles mesmos, com a justiça divina, pois a terrena estaria ao lado dos poderosos. No entanto, como ainda existem instituições que lutam contra as desigualdades, os trabalhadores/as se unem a elas na tentativa de vencer os obstáculos que se interpõem.

Em relação à participação das mulheres no conflito, a entrevistada confirma que foi positiva, pois, elas não se intimidaram diante dos desafios que viveram durante o tempo que elas ficariam acampadas:

“O que eu percebi da nossa participação no conflito é que as mulheres ninguém berou, todo mundo foi pra cima mermo, e todo mundo resistiu mesmo e ninguém saiu e continuamos lá e conseguimos e hoje estamos onde estamos na vila vitória e todos tem orgulho da vila.”

A entrevistada foi sucinta ao mencionar a participação das mulheres, porém, quando a mesma enfatiza que foram elas eu não “beraram” demonstrou o quanto foram guerreiras e não se preocuparam com as privações que viriam enquanto tivessem acampadas, tais como a fome, sede e ameaças de morte e etc. Como foi possível perceber elas foram os escudos dos homens durante os conflitos. ALMEIDA (1981) menciona que durante os conflitos os trabalhadores utilizavam as mulheres como vigia, quando os conflitos estavam acirrados. Entreve-se dessa forma que as mulheres durante os conflitos se assemelham aos homens na luta, ou seja, não há prerrogativa de quem é mais forte ou fraco, ambos são valorizados em situações distintas.

Quando indagada sobre quem colaborou com a comunidade nos momentos de conflito, a relatora enfatizou que todos colaboraram:

Quem colaborou Sindicato, FETAEMA, CPT a gente ia pa igreja falava as coisas as pessoas ajudavam no que podiam, com roupas, calçados, comida em tudo.

A entrevistada também reforça o papel preponderante das instituições, o que corrobora o que ALMEIDA (1981) e FISCHER (2012) quando reforçam a importância dessas instituições e que foram de extrema relevância para a luta dos trabalhadores contra o latifúndio.

Ao perguntar se a entrevistada havia participado de algum evento de formação política que houvesse contribuído para sua formação a mesma respondeu enfaticamente que sim, e, pela expressão de seu rosto, percebi que aqueles eventos foram de extrema importância para ela:

“Particpei a gente ia para Coroatá ai se reunia com muitas pessoas, muita gente que não conhecia mais bem uma eu conhecia era a Toinha da CPT, que fez o convite pra gente mas num tinha como levar todo mundo porque nem todo mundo podia sair, mais podia ir participar.”

O apoio da CPT para com os trabalhadores/as da comunidade mencionada foi essencial, sobretudo para as mulheres, pois, foi à oportunidade delas entenderem e se perceberem como peças fundamentais no processo de luta por estarem munidas de conhecimento, fazendo-as mais fortes para lutarem. De acordo com GIULANI (2007) o trabalho da CPT não é somente orientar é oportunizar reflexões a respeito das condições de vida no campo, questões de gênero e etc. num trabalho que vem ao longo dos anos ajudando mulheres e homens, não somente no processo de luta, mas nas relações sociais que envolvem as diferenças e desigualdades do gênero e a partir das discussões desenvolvidas nos grupos de trabalho as mulheres compreendem melhor seu papel.

Ainda com relação à participação das mulheres nas lutas, a mesma responde que foi positiva, ela percebe nas mulheres determinação e o desejo de mudança nas condições de vida, e, que, diante do desânimo havia sempre quem as motivassem:

“Porque as mulheres sempre incentiva, são incentivadoras pra muita coisa acontecer, ai onde umas queriam desistir as outras chegavam e dizia não mulher não deixa a gente só, vamos lutar vamos conseguir pra gente morar pra gente botar uma roça, plantar um feijão, batata, mandioca, milho. Hoje onde moro eu tenho uma horta se tu vê coisa mais linda, nos tem tudo de bom plantado no nosso quintal, nos não compra cheiro verde nem alface nos faz é vender, nos damos, tem tanto mamão para tirar de quatro caixa. A gente vende, dá e tudo conseguido através da minha luta, por isso foi positiva a nossa participação na luta.”

O processo de luta pela terra é visto pelas trabalhadoras do campo como a oportunidade de viver dignamente. Dessa forma, compreende-se que a luta no campo para elas não é unicamente pela posse da terra, mas também por qualidade de vida, como direito de todos os indivíduos. No caso específico da comunidade Vila Vitória, mulheres e homens saíram vitoriosos, pois, eles conseguiram a posse da terra. As entrevistadas deixaram a entender que todas as privações que elas sofreram foram amortizadas pelas riquezas que a terra oportuniza, e, foi à luta que elas empreenderam, juntamente com “seus homens”, que deu a elas e as demais mulheres a oportunidade de mudar de vida com suas famílias. Uma mudança construída num processo doloroso, mas que, segundo elas, valeram todos os esforços. Nesse momento específico da entrevista Marlúcia deixou escapar lágrimas dos olhos, validando a veracidade e o orgulho da relação com a terra que ela ajudou a conquistar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória traçada para a conclusão deste trabalho de pesquisa foi complexa e marcada por vários obstáculos, alguns deles me desmotivaram a ponto de pensar em desistir e não concluí-lo. No entanto, desde o primeiro momento que adentrei a academia tracei uma meta, sair dessa universidade com conhecimento e com minha pesquisa concluída, mesmo que para alcançar esse objetivo tivesse que passar por tantas dificuldades.

A escolha pelo tema desta pesquisa, não é apenas por questões teóricas da academia, mas remota minha infância quando comecei a observar o mundo e as relações que circundavam as pessoas, ou seja, entre os sexos. Naquele período, já fazia indagações aos adultos sobre o porquê de meninas e meninos não poderem partilhar todos os momentos juntos, se todos eram crianças por que separa o que meninos e meninas podiam fazer? As respostas eram sempre as mesmas, por que sim mulher é diferente de homem não pode fazer tudo, e se fizer ficará “ mau falada” e isso foi o que sempre ouvi quando questionava as pessoas que me cercavam, os anos se passaram e as mesmas perguntas me inquietavam, e algumas delas só foram sanadas quando adentrei a academia, com a introdução dos primeiros estudos sobre Gênero, de autoras como Joan Scott, Michele Perrot, Maria Izilda Matos, Simone de Beauvoir entre outras, e foi a partir dos conceitos apresentados pela academia que compreendi o porque das relações entre os sexos serem tão desiguais. E provocarem desigualdades entre estes nas mais variadas realidades, como a do rural.

O complemento do tema da pesquisa, compreender o protagonismo das mulheres rurais na luta pela terra, surge das memórias vivenciadas na minha infância onde presenciei com pouco mais de 6 anos de idade um conflito por terra na comunidade onde residia com meus pais em meados da década de 1990, a comunidade Conceição do Salazar do então proprietário de terra Jonas Rocha, um homem cruel e mesquinho que tratava seus moradores com mão de ferro cobrando deles uma renda que os trabalhadores não podiam pagar. A consequência foi terrível não somente para ele enquanto latifúndio, mas pessoas humildes que viviam do que colhiam. Os moradores decidiram se rebelar e passar a se reunir e se organizar para pedir ajuda ao INCRA. O confronto estava armado entre camponeses e latifúndio, foi trágico mortes de ambos os lados, expulsões e as pessoas mais simples sofrem as consequências. Sobre as mulheres no conflito, como elas se manifestaram? Foram para frente de batalha pois, pensavam que como eram mulheres, os pistoleiros não as atacassem e foram muitas vezes assediadas e agredidas psicologicamente, mas mesmo diante das humilhações não se afastaram se mantiveram firmes.

O que vivencie na infância naquela comunidade não foi muito distante, do que de fato, ocorreu na comunidade Vila Vitoria no município de Peritoró no início dos século XX, os atores eram outros mas, a situação de desigualdade no que se refere a má distribuição de terra era semelhante, e os mesmos problemas se apresentavam. O poder publico sem soluções para findar os conflitos e os camponeses/as sofrendo as consequências de perder seus entes queridos pela ausência de um projeto de reforma agraria que garanta a eles melhores condições de vida. Outra problemática percebida é a forma como as mulheres trabalhadoras são percebidas dentro das comunidades, como companheiras nas horas de trabalho no campo e nos conflitos, mas desvalorizadas como cidadãs, não reconhecidas pelos registros históricos, deixando de fazer justiça ao protagonismo que tiveram durante os conflitos.

Neste sentido, o objetivo traçado nesta pesquisa de compreender e apontar o protagonismo das mulheres rurais na luta pela posse da terra foi alcançado, pelas entrevistas concedidas pelas mulheres trabalhadoras rurais da comunidade Vila Vitoria do município de Peritoró-MA. Os resultados favoráveis sobre a história dessas mulheres, a partir da (re)construção de suas trajetórias, possibilitadas pela história oral, como metodologia de pesquisa, foram cruciais para alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa.

Percebeu-se que elas foram protagonistas, pois, conquistaram uma parcela de terra para morarem com filhos e maridos, e que a partir do conflito elas se organizaram dentro da comunidade e foi oportunizado a elas espaço nas discussões publicas que envolviam a comunidade, saíram das paredes fechadas de suas casas e participaram de assembleias em outros municípios ganhando visibilidade e reconhecimento de seu papel no processo.

Cabem mencionar que mesmo diante das conquistas percebe-se ainda o domínio masculino sobre as mulheres, resquícios da sociedade patriarcal que por longos determinou e controlou as relações sociais, ditando as regras para ambos os sexos. Ressalto que as contribuições para mudanças nas relações sociais, ocorrem devido ao movimento de produção acadêmica que expande na historiografia a descoberta de novos campos de estudos sobre mulheres e revela de forma mais justa seu protagonismo social.

Nessa perspectiva, a escrita e posterior divulgação dos resultados desta pesquisa visa cumprir o objetivo de reconhecer o protagonismo das mulheres do meio rural, com ênfase específica no processo de luta pela posse da terra, contribuindo, dessa forma, com pesquisas futuras sobre a História das mulheres rurais, campo ainda pouco pesquisado no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wagner Berno. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís. 1998.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Mulheres rurais do Pará: Participação nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais**. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST12/Waldileia_Rendeiro da Silva Amaral 12.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST12/Waldileia_Rendeiro_da_Silva_Amaral_12.pdf) .> Acesso em: 17 ago. 2017.

AZAR, Sabry. **A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão**. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/A_CONCENTRACAO_FUNDIARIA_COMO_CENTRALIDADE_DA_QUESTAO_AGRARIA_NO_MARANHAO.pdf> Acesso em: 10 set. 2017.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Mulheres do babaçu: Resistência, sociabilidade e feminismo no Maranhão republicano. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida (ORG). **Historias do Maranhão em Tempos de Republica**. São Luís: EDUFMA; Jundiaí, Paço Editorial, 2015. cap.23. p.629-665.

BEM, Arim Soares do. **A Centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**, 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>

BONI Valdete, QUARESMA Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**, 2005. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **MULHERES EM AÇÃO: REVOLUÇÕES, PROTAGONISMO E PRÁXIS DOS SÉCULOS XIX E XX**. 2005. Acessado em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2265/1358>

CASTELLS, Manuel, 1942 _O poder da Identidade / Manuel Castells; tradução Klaus Brandini Gerhardt. _ (A era da informação :economia, sociedade e cultura; v.2).

CANEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria. **Organização do espaço Agrário maranhense até os anos 80 a distribuição da terra e atividades agrícolas**. São Luís. 1993.

CORDEIRO, R. M. e QUADROS, M. T. O salário-maternidade e o critério idade: refletindo sobre a exclusão de jovens agricultoras. In: FERREIRA, Maria Mary **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte brasileiro**. São Luís. NIEPEN, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflito Boa Esperança**. Coroatá, 2006.

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação/ Isaura Rufino Fischer**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2012.

GIULANI, P. C. Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Editoras: Contexto e UNESP. 2004. p.640-667

LOUREIRO, Maria Otávia Battaglin. **A mulher como importante agente no desenvolvimento Rural**. 2014.

MELO, A. S e BARBOSA, V. O. Do esquecido ao silenciado: memórias da violência entre quebradeiras de coco no Maranhão. In: MELO, A. S e BARBOSA, V. O. (Org.) **Mulheres Rurais e Violência**. São Luís. EDUFMA. 2015. P. 101-117.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo. Editora Ática. 1988

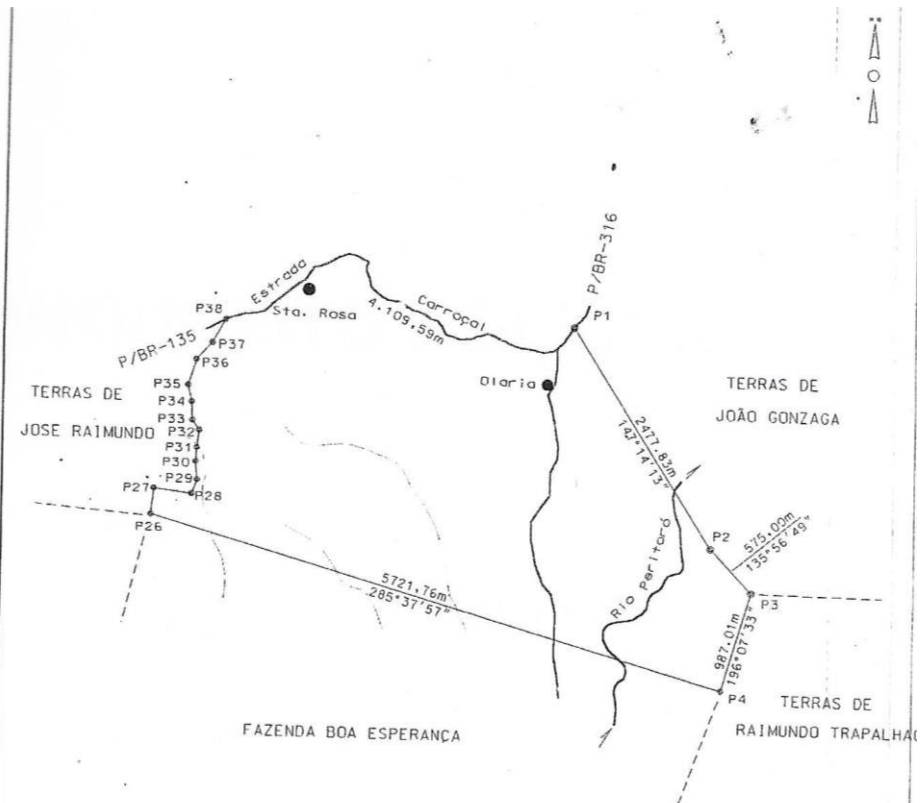
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3,1989, p. 3-15.

RÊGO, J. L. e ANDRADE, M. P. **HISTÓRIA DE MULHERES: BREVE COMENTÁRIO SOBRE O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MARANHÃO**. 2006. Acessado em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/87>

SANTOS, Luiz A. De Castro. **A vez da mulher camponesa: movimento social, identidade e saúde no Maranhão (um relato hirschmaniano)**, 2003. Disponível: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/303>

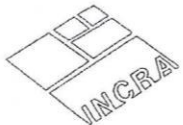
SILVA, Idelma Santiago da. **Gênero e movimento social do campo: Narrativas de mulheres dirigentes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no sudeste do Pará**, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1469141086_ARQUIVO_IdeImaS.daSilva.pdf

ANEXO



PONTOS	AZIMUTES	DISTANCIAS
P27/P28	96°43'08"	367,52m
P28/P29	19°18'50"	144,52m
P29/P30	355°02'00"	176,72m
P30/P31	03°10'41"	137,99m
P31/P32	07°45'38"	169,96m
P32/P33	323°08'53"	114,80m
P33/P34	357°30'54"	176,22m
P34/P35	346°36'56"	165,24m
P35/P36	17°20'31"	256,61m
P36/P37	42°15'18"	227,52m
P37/P38	29°14'42"	253,28m
P26/P27	05°43'46"	300,50m

COORDENADAS DO P1= 9508648,61N 574698,57E

			MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA DIVISAO TECNICA		
			IMOVEL AREA DESMEMBRADA DA FAZ. BOA ESPERANCA		AREA 1283,8415 ha
FONTE GPS		PERIMETRO 16.362,07 m			
DATA Dez./2004	MUNICIPIO / UF PERITORÓ/MA		ESCALA 1 : 50.000		
DESENHO Estevam	RESP. TECNICO		VISTO		

PERITORÓ

Grupo invade fazenda, mata vigia e deixa ferido e reféns

Delegado pede reforço e prende três líderes do movimento

Um grupo de trabalhadores rurais sem-terra invadiu, a madrugada de ontem, a Fazenda Boa Esperança, localizada à margem da BR/135, no povoado Independência, município de Coratá. Segundo um dos peões, os invasores entraram na fazenda atirando, quando todos dormiam, invadiram a casa principal e mataram o vigia Francisco Alves da Silva, 37 anos, o Chicão, balearam Ademair de Carvalho Rodrigues, além de espancar e amarrar dois outros homens no banheiro.

Perícia, reforço policial e apreensão de armas - Logo que tomou conhecimento do fato o delegado João Batista Matos, de Peritoró, solicitou reforço à Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) e a presença dos peritos do Icrim, tendo em vista a depredação da casa que ficou

crivada de balas. O delegado Regional de Codó, Cleopas Isaias Santos, também se deslocou para a área e conseguiu prender três membros do grupo invasor (dois seriam os líderes), apreendeu armas e munição, providenciou a identificação das vítimas e a remoção do cadáver.

Segundo o delegado Cleopas Santos, até o início da tarde Ademair estava desaparecido e havia suspeita de estar morto no mato, para onde fugiu durante o tiroteio e invasão. Ele foi localizado no Hospital de Coratá, enquanto Juvenil Felipe Néris e Sebastião Silva procuraram a polícia para registrar a ocorrência e contar como tudo aconteceu. Eles disseram que os homens chegaram atirando e Chicão, apavorado, tentou pegar a arma mas foi o primeiro a ser atingido. Ademair vinha logo atrás e também foi ferido,

mas conseguiu correr para o mato. Juvenil e Sebastião foram imobilizados, espancados e trancados no banheiro, amarrados.

Prisão e apreensão de armas - No local, os policiais prenderam Vanderlei Pires Araújo, vulgo Maninho; Luís Carlos Oliveira, o Arturzinho; e Francisco de Assis Rodrigues Costa, conhecido como Dadá. O delegado apurou que Maninho e Dadá seriam lideranças do movimento, mas eles disseram que realmente houve troca de tiros, mas os lavradores apenas tentaram se defender. Negaram participação no assassinato de Chicão e um deles declarou que nem estava na fazenda durante o confronto. Os policiais apreenderam, dos dois lados, três espingardas calibres, 12, 20 e 28, um rifle 22 e um revólver 38, além de várias espingardas tipo cartucheiras.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESEP
DELEGACIA GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR
4ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CODÓ-MA
Rua 31 de Março, s/n, Bairro São Pedro
Telefone: (99) 661-1721

PORTARIA n.º 027/2004

Tendo chegado ao meu conhecimento, através da Certidão de Ocorrência n.º 603/04, datada de 30/10/04, feita pelo Sr. JOÃO BATISTA MLNIS MATOS, comissário de Polícia Civil, responsável pelo expediente da Delegacia de Peritoró/MA, que houve um conflito armado entre os sem-terra açampados próximo à Fazenda Boa Esperança, localizada na BR – 135, no Povoado de Independência, neste Município de Peritoró/MA, e os moradores desta, onde, após troca de tiros entre os grupos, os moradores da casa foram rendidos, tendo inclusive que sair nus da casa e com as mãos na cabeça, instante em que um deles, o Sr. FRANCISCO ALVES DA SILVA, foi atingido mortalmente, com diversos tiros, enquanto outros dois, o Sr. ALDEMAR SANTOS SANTANA e o Sr. JUVENIL FELIPE NERES, foram feridos, mas não morreram, e apenas um, o Sr. SEBASTIÃO DE CARVALHO RODRIGUES, sobreviveu sem lesões. fato este que configura, em tese, o crime de homicídio qualificado, além de outros, porventura constatados no decorrer das investigações; e, afastada a hipótese de flagrante,

RESOLVO instaurar INQUÉRITO POLICIAL, determinando, de início, ao Sr. Escrivão que, após R e A, esta, sejam tomadas as seguintes providências:

1. Juntar aos autos o Termo de nomeação de Escrivão ad hoc e a certidão de ocorrência n.º 603/04;
2. Oficiar ao Superintendente de Polícia Civil do Interior, solicitando a presença de peritos oficiais na Fazenda Boa Esperança, localizada na BR-135, no Povoado de Independência, Município de Peritoró/MA, para realizarem as perícias que julgarem necessárias;
3. Apreender todo o material apresentado pelos policiais que estiveram no local;
4. Encaminhar ao ICRIM, para que sejam periciados, as armas, munições, pólvora, balins de chumbo e espoletas apreendidas, conforme minuta do ofício, apresentada em apartado, juntando-se aos autos, oportunamente, os respectivos laudos;
5. Providenciar o exame cadavérico da vítima FRANCISCO ALVES DA SILVA, e a necropsia dos corpos das vítimas JUVENIL FELIPE NERES, ALDEMAR SANTOS SANTANA, juntando-se aos autos, oportunamente, os respectivos laudos;
6. Proceder à oitiva das vítimas ALDEMAR SANTOS SANTANA, JUVENIL FELIPE NERES e SEBASTIÃO DE CARVALHO RODRIGUES.

eleição e posse da diretoria e do Conselho Fiscal da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do povoado Vila Vitória Peritoró - Maranhão.

Nos quinze dias do mês de janeiro de ano dois mil e cinco, às nove horas da manhã, reuniram-se os trabalhadores e trabalhadoras rurais do povoado Vila Vitória Peritoró - MA, em Assembleia Geral, sobre a coordenação do Secretário de Política Agrária e Agrícola do IPR de Peritoró - MA, Dr. Valtér G. Damasceno, com a finalidade de fazer a fundação, eleição e posse da diretoria da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Vila Vitória deste município e aprovação do Estatuto Social da mesma. Para iniciar os trabalhos o Dr. Valtér Guimarães Damasceno convidou o Sr. Sr. José Máris Borges e o Sr. Francisco Rodrigues Nogueira para comporem a mesa. E em seguida falou aos presentes o objetivo da Assembleia Geral que era a fundação, eleição e posse da Associação supracitada, tendo em vista que a referida Associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais tinham poder jurídico para conseguir a posse do terra por meio legal junto ao crédito fundiário denominada Povoado Vila Vitória Peritoró - MA. Assim como conseguir os benefícios de infraestrutura e crédito para produzir e melhorarem as condições de vida da comunidade. Logo após esses esclarecimentos o Dr. Valtér Guimarães Damasceno, solicitou que a Assembleia Geral fizesse a indicação de nomes para comporem a diretoria da associação, sendo que foi escolhido para presidente: Luis Carlos Oliveira.

vice-Presidente: Raimundo Pereira Sousa - 1º secretário de finanças: Raimundo Silveira Nogueira - 2º secretário de finanças: José Edilson do Carmo Nogueira - 1º secretário geral: Maria Cruzilde da Silva Araújo - 2º secretário geral: Francisca Pereira da Silva; sendo que para membros do Conselho Fiscal efetivos foram escolhidos: 1º: Antonio Rodrigues Costa, 2º: Valdirene Alves dos Santos e 3º: Wilcilon da Silva Nogueira. Para membros do Conselho Fiscal suplentes: 1º: Maria Piedade Rodrigues da Silva, 2º: Luis Carlos da Silva Santos e 3º: Miguel Alves Ribeiro. Todos eleitos por unanimidade por todos os presentes para um mandato de 02 (dois) anos sendo de 15/05/05 a 15/05/07. Em seguida não havendo mais a ser discutido o Sr. Valtér Guimarães Damasceno deu por encerrada a Assembleia Geral que após lista e compare discutida foi aprovada vai devidamente arquivada pelo Presidente, Secretário Geral e todos os presentes.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Vila Vitória, Vitória da Conquista, 15 de fevereiro de 2005.

Luis Carlos Oliveira - PRESIDENTE

Raimundo pereira souza

Raimundo silveira Nogueira - Secretário Financeiro

José Edilson do Carmo Nogueira 2º Secretário Financeiro

Francisca Pereira da Silva 2º secretária Geral

Antonio Rodrigues Costa 1º Conselho Fiscal

VALDIRENE ALVES DOS SANTOS 2º Conselho Fiscal

Wilcilon da Silva Nogueira 3º Conselho Fiscal

Maria da Piedade R. Silva 1º suplente cons. fiscal

Luis Carlos da Silva Santos 2º suplente cons. fiscal

Miguel Alves Ribeiro 3º suplente cons. fiscal

SEM-TERRA

Homem morre em confronto na fazenda Boa Esperança

Um grupo de trabalhadores, pertencentes ao MST-Movimento Sem Terra, travou violento tiroteio ontem com os seguranças da Fazenda Boa Esperança, localizada próximo ao povoado Independência, em Peritoró. Ali, houve um confronto com seguranças na fazenda, onde um homem conhecido como "Chicão" foi morto com um tiro de escopeta no tórax.

Um outro identificado como Juvenil foi baleado com um tiro de ras-

pão na cabeça, e, outro, identificado como Ademar, foi alvejado no abdômen. Ambos estão internados no Hospital de Peritoró. O delegado João Batista, de Peritoró, e o regional Cleopas, seguiram para a área do conflito, mas, até a noite passada, a Secretaria de Segurança não tinha maiores informações sobre o conflito. Sabe-se que três lavradores já prestaram depoimentos e dois seguranças da fazenda foram também ouvidos, mas a polícia ainda não tem de-

finida a autoria do homicídio. Os invasores, aproximadamente de 60 famílias, estão acampados há vários dias em frente à fazenda e, ontem, ocorreram provocações lado a lado, resultando no tiroteio. A polícia apurou que a fazenda é de propriedade de Sérgio Miranda, pecuarista domiciliado em Pernambuco e que já pertenceu ao deputado federal João Castelo. Na Delegacia de Peritoró, tem andamento o inquérito. (Douglas Cunha)

/MARCINZ
01-10-04



Manifestação pública dos agricultores e CPT, PT e FETAEMA, STTR de Peritoró e Coroatá contra a violência do fazendeiro sobre os agricultores.



APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Com base em sua memória pode me contar sua história de vida, suas relações na comunidade onde mora, com familiares, especialmente, com seu pai e irmãos (homens)?
2. Na sua infância percebia diferenças de tratamento entre você e seus irmãos? Fale um pouco sobre suas percepções.
3. Na comunidade percebia diferenças entre aquilo que meninos e meninas poderiam fazer? Fale um pouco sobre suas percepções.
4. Quando e como começou a participar da organização da comunidade?
5. Quando, como e porque ocorreram os conflitos na luta pela terra em sua comunidade?
6. Como você percebeu a participação das mulheres nesses conflitos?
7. Quais dificuldades foram vivenciadas quando vocês estavam acampados?
8. Durante o conflito vocês sofreram algum tipo de represália vinda do dono da terra?
9. Houve prisões de acampados ou de outras pessoas envolvidas no conflito?
10. Quando o conflito tornou-se público na cidade, a polícia entrevistou? De que forma?
11. Quem colaborou com a comunidade nos momentos de conflito? (organizações da sociedade civil e dos governos, pessoas físicas? Etc.).
12. Você participa/participou de algum grupo/encontro que tenha colaborado na sua formação de mulher enquanto liderança?
13. Como você percebe a participação/engajamento das mulheres nas lutas sociais?